



CERBRANORTE

Distribuição Energia que evolui com você

Relatório Anual do Conselho de Administração **CERBRANORTE - 2017**

ÍNDICE

1. RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - SOCIETÁRIO	2
1.1 INTRODUÇÃO	3
1.2 CENÁRIO	6
1.3 GESTÃO.....	17
1.4 BALANÇO SOCIAL	20
1.5 AGRADECIMENTOS	23
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N. E. SOCIETÁRIAS	24
3. PARECER DO CONSELHO FISCAL PARA AS DEMONSTRAÇÕES SOCIETÁRIAS	57
4. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	58
5. RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - REGULATÓRIO	61
5.1 INTRODUÇÃO	62
5.2 CENÁRIO	64
5.3 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	65
5.4 GESTÃO.....	74
5.5 AGRADECIMENTOS	77
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. REGULATÓRIAS	78
7. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	118

1 - RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - SOCIETÁRIO

1.1 INTRODUÇÃO

HISTÓRICO

No início da década de 30, Braço do Norte, que ainda se chamava Calaçópolis, vivia no escuro. Com a iniciativa de dois grandes homens, Theodoro Bernardo Schlickmann e Augusto Witthinrich, surgiu uma sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte. A partir daí começou a construção da primeira usina de barragem e canalização do Rio Glória. Com um gerador e uma turbina com capacidade de 30 KVA, a usina começou a gerar energia no dia 27 de outubro de 1930.

Com o crescimento da região, Teodoro Bernardo Schlickmann iniciou pesquisas a fim de transferir a usina para o rio Braço do Norte, na localidade da Represa. Constatada a possibilidade, iniciaram a construção e compraram uma turbina de sucção para 100 cavalos, com dinâmetro de 125KVA. A nova usina, que serviria Braço do Norte até 5 de agosto de 1965, foi inaugurada no dia 6 de fevereiro de 1950.

A usina passou a ser administrada pela prefeitura municipal no início dos anos 60, que incentivou, por motivos legais, a criação de uma sociedade cooperativista. No dia 2 de fevereiro de 1962, reuniram-se, na Câmara Municipal de Braço do Norte, 42 pessoas do comércio, indústria e funcionários públicos, para construir a Sociedade Cooperativa de Eletrificação, regida pela Lei N°22.239 de 19 de dezembro de 1932 e decreto N°3.410 de 19 de dezembro de 1945. O prefeito na época, Dorvalino Locks, foi aclamado para dirigir os trabalhos de preparação, com Bernardo Wiggers como secretário.

O presidente então mandou elaborar a lista nominativa das cotas para formação do capital, com o investimento mínimo de CR\$ 100 mil. Para mostrar clareza, todos os presentes assinaram o estatuto social como fundadores. E assim nasceu a Sociedade Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte que, após a conclusão da linha de transmissão e construção da subestação em Gravatal, foi inaugurada no dia 5 de agosto de 1965. Iniciou aí um grande salto no crescimento do município. A energia elétrica era fornecida pela Cia Siderúrgica Nacional, localizada em Capivari de Baixo.

Em meio às dificuldades e frequentes defeitos na rede de transmissão, o presidente Dorvalino Locks seguia seu trabalho buscando crescimento e melhorias. Após inúmeras conquistas, a Cerbranorte passou a atender também o município de Rio Fortuna, já sob a administração de Luiz Kuerten, o Tilico.

A assinatura do contrato de permissão 28/2008 em 25 de novembro de 2008 marcou o início de uma nova trajetória da Cerbranorte, agora dentro do mercado regulado. A busca constante por melhorias na qualidade da energia distribuída e redução das tarifas, motivou a Cerbranorte a iniciar em 2014 a construção de uma nova subestação em 138 KV. A inauguração aconteceu ainda em 2014, quando em 06 de dezembro, o atual presidente, Antonio Jose da Silva, deu início a energização da mesma, garantindo energia em qualidade e quantidade suficiente para o mercado atendido pela Cerbranorte nos próximos anos. Atualmente, 06 municípios da Região do Vale de Braço do Norte (SC) possuem áreas atendidas pela CERBRANORTE. Um total de 22.587 associados contam com a Cooperativa para o desenvolvimento de suas atividades.

Toda essa trajetória contribuiu para o comprometimento, desenvolvimento, transparência e participação, princípios norteadores dessa “empresa familiar”, que têm como objetivo principal, distribuir energia elétrica aos seus associados e consumidores com excelência em serviços.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Associados,

Determinações legais e estatutárias orientam a submeter à apreciação o relatório das atividades do exercício de 2017.

Este deve vir acompanhado das demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, comparadas ao período de 2016, acompanhadas de parecer do conselho fiscal e auditores independentes, acrescida do balanço social.

A Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA são importantes instrumentos para divulgar o desempenho da Cerbranorte para a sociedade, associados e consumidores.

O demonstrativo das sobras apuradas no exercício, acompanhadas de proposta de destinação pelo conselho de administração, comporá finalmente, os demonstrativos para publicação e para deliberação da assembleia geral ordinária responsável pela aprovação das informações contábeis do exercício de 2017.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais da contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A cada dia que passa surgem novos desafios, que consequentemente nos obrigam a ter novos propósitos, novas ideias. Com a assinatura do Contrato de Permissão (novembro/2008) e o consequente ingresso da CERBRANORTE no Mercado Regulado, passamos a trabalhar em um sistema, por nós até então desconhecido, repleto de procedimentos e obrigações. Exigências estas oriundas das Resoluções Normativas, Contratos, Leis, Decretos aos quais tivemos que nos adequar, aperfeiçoando nossa prestação de contas, atendimento ao público, qualificação profissional e demais serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, sempre visando à agilidade, a qualidade, a satisfação, o respeito e a transparência aos nossos associados.

Dante de tantas mudanças, ao findar 2017, lembramos que nossa trajetória começou com a iniciativa de dois homens, os Srs. Theodoro Bernardo Schlickmann e Augusto Withenrich e o surgimento da sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte. O crescimento veio e novos pedidos de fornecimento passaram a ocorrer naturalmente, beneficiando outras propriedades e famílias localizadas em Braço do Norte. Aos 42 sócios iniciais da cooperativa, foram surgindo, dia-a-dia, novas adesões. Passamos a acompanhar e incentivar esse desenvolvimento, projetando investimentos para suprir essas necessidades, como a subestação de 138kV, concluída em 2014.

Hoje, temos certeza que nossa missão apenas está começando, uma vez que nossa visão não pode ser menor do que tudo que já ocorreu, pois os valores agregados ao longo dos anos nos credenciam a novas oportunidades. A energia elétrica que distribuímos deixou de ser simplesmente uma fonte de iluminação para o homem do campo e da cidade e passou a ser oportunidade, desenvolvimento e rentabilidade.

A reforma da sede administrativa da Cerbranorte, iniciada em 2016, foi concluída em 2017 trazendo mais conforto aos associados, ampliando o número de guichês de atendimento comercial e organizando o espaço administrativo para os funcionários. A melhoria na rede que atende o município de Rio Fortuna, planejada para ser concluída em 2017, teve o cronograma prorrogado em função da necessidade de ajuste de caixa, provocada pela retração do mercado da Cerbranorte. Esperamos concluir esta importante obra em 2018, pois a mesma possibilitará desvincular a rede que atende a Cooperativa de Energia de Anitápolis – Ceral, atual suprida da Cerbranorte, trazendo maior autonomia de manobras e qualidade de fornecimento aos moradores de Rio Fortuna.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todos ligados à CERBRANORTE, senhores associados, colaboradores, órgãos públicos, fornecedores, empresas terceirizadas e consumidores, pelo apoio, pela confiança, pela dedicação, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso, tornando essa Cooperativa uma família ainda mais unida, forte e participativa.

Finalizo, agradecendo a DEUS, que sempre nos direciona ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

1.2 CENÁRIO

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte continua sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, utilizando conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses quase 56 anos de existência, para melhorar a qualidade no atendimento aos usuários conectados ao nosso sistema de distribuição.

Em 28 de novembro de 2008 a Cerbranorte assinou o contrato com a ANEEL, de nº 025/2008, onde adquiriu o status de permissionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A área de permissão está situada nos Municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima com um total de 521,96 Km².

O planejamento de ampliação e recuperação do sistema elétrico continua sendo predominante na permissionária. Em 2014, o aumento da produção das indústrias instaladas em nossa área de atuação motivou a concentração dos esforços na construção da subestação de 138kV, em terreno já adquirido anteriormente para esse fim, objetivando melhorar a qualidade e garantir o fornecimento aos associados e consumidores. Em 2017, a retração do setor industrial de Braço do Norte e região, iniciada em 2016 e provocada pelo período turbulento da economia nacional, continuou refletindo no consumo de energia e na inadimplência.

Os poucos recursos disponíveis e a necessidade de grandes investimentos na distribuição de energia têm limitado a participação da Cerbranorte em eventos, atividades e projetos sociais. Entretanto, o caráter cooperativista desta distribuidora, motiva o envolvimento nas principais atividades desenvolvidas nos municípios de sua área de permissão, como demonstrado no balanço social. Em 2016 a Cerbranorte aderiu ao PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas, coordenado pelo SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, como forma de aprimorar a gestão e buscar meios de contribuir com o desenvolvimento de seus cooperados, apesar da forte regulação do setor elétrico. O Índice SESCOOP de Sustentabilidade Cooperativista (ISSC) avaliado dentro do PDGC, subiu de 68,87% em 2016 para 88,89% em 2017, demonstrando o comprometimento da Cerbranorte com o desenvolvimento sustentável dos seus cooperados, sempre atendendo aos critérios regulamentares e cooperativista.

A administração constantemente melhora as condições de fornecimento e atendimento social e igualitário aos associados e consumidores, de forma a promover o desenvolvimento econômico às diversas classes de consumo.

Em abril de 2016, a CERBRANORTE ampliou a aplicação da NBR ISO 9001:2008 para toda a empresa. O escopo da certificação agora refere-se à distribuição de energia elétrica, apuração dos padrões de atendimento comercial e dos indicadores de continuidade individuais e coletivos e o tratamento às reclamações dos consumidores. O processo foi conduzido pela Brtuv Avaliações da Qualidade S/A.

A baixa rotativa de funcionários é fruto da política de valorização do colaborador, qualificação constante e oferecimento de benefícios que motivam a permanência na empresa, além de contribuir para a satisfação no ambiente de trabalho. Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria contínua, através da distribuição de energia com qualidade e continuidade, para atender os requisitos regulamentares do cliente e expectativas dos associados, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

1.2.1 Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERBRANORTE distribui energia elétrica a 16.395 consumidores, de 6 municípios dos 295 de Santa Catarina, com predominância nos municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna. A Cerbranorte também é supridora da CERAL – Cooperativa de Distribuição de Anitápolis.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

1.2.2 Comportamento do Mercado

A CERBRANORTE não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e participação do Programa Governamental PROINFA.

Balanço Energético

Energia Requerida - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de Energia	111,17	121,82	125,60	126,50	132,87
- Fornecimento	102,50	112,27	115,61	115,46	122,05
- Suprimento p/ agentes de distribuição	8,67	9,55	9,99	11,04	10,83
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	0,04
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	111,17	121,82	125,60	126,50	132,91
Pernas na Distribuição	9,34	8,58	10,21	20,70	14,00
PNT / Energia Requerida %	1,6%	1,3%	1,5%	2,8%	1,9%
Perdas Totais - PT	9,34	8,58	10,21	20,70	14,00
PT / Energia Requerida %	7,8%	6,6%	7,5%	14,1%	9,5%
Total	120,51	130,40	135,81	147,20	146,87



1.2.3 Distribuição Direta por Classe de Consumo

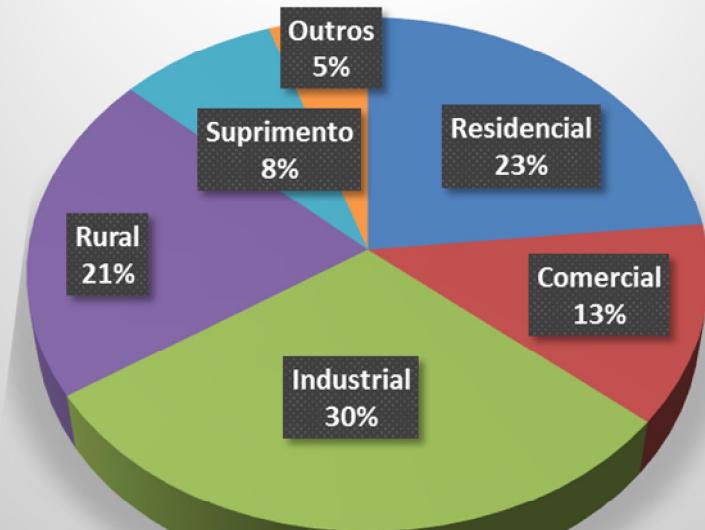
O consumo de energia elétrica em nossa área de permissão no ano 2017 foi de 122,05 Giga watts-hora, apresentando aumento de 5,70% em relação a 2016. A classe iluminação pública foi o segmento do mercado de distribuição da Cerbranorte com maior aumento no consumo, chegando a 10,13% superior em relação a 2016. A classe residencial apresentou o menor crescimento ficando apenas em 1,63%. Adicionado ao consumo da área de premissão da Cerbranorte temos o suprimento à Ceral – Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis, totalizando um mercado de 132,91GWh

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo por classe no período:

Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Energia Faturada	111,17	121,82	125,60	126,50	132,87
Fornecimento	102,50	112,27	115,61	115,46	122,05
Suprimento p/ agentes de distribuição	8,67	9,55	9,99	11,04	10,83
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	0,04
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	0,04
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	111,17	121,82	125,60	126,50	132,91
Variação	5,04%	9,58%	3,11%	0,72%	5,07%

Consumo Por Classe de Consumidores



1.2.4 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 45.554 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil					
Classe		2017		2016	Var %
Residencial	29%	13.377,30	30%	12.545,72	6,63%
Comercial	15%	6.759,80	15%	6.290,19	7,47%
Industrial	30%	13.587,38	32%	13.251,76	2,53%
Rural	18%	8.169,81	17%	7.105,94	14,97%
Suprimento	3%	1.320,82	1%	579,72	127,84%
Outros	5%	2.339,77	5%	2.032,59	15,11%
Total	100,00	45.554,88	100,00	41.805,92	8,97%



1.2.5 Número de Consumidores

O número de consumidores associados, incluindo o suprimento, faturados em dezembro de 2017 apresentou um crescimento de 1,88% sobre o ano anterior, demonstrado no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe		2017		2016	Var %
Residencial	66%	10.844	66%	10.650	1,82%
Comercial	10%	1.599	10%	1.560	2,50%
Industrial	4%	699	4%	670	4,33%
Rural	19%	3.082	19%	3.047	1,15%
Outros	1%	171	1%	166	3,01%
Total	100%	16.395		16.093	1,88%

1.2.6 Tarifas

A tarifa de energia elétrica é o preço definido e homologado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela distribuidora.

Para definição das tarifas a ANEEL utiliza metodologias de regulação por incentivo e preço limite (*price cap*). Nesse regime regulatório, o órgão regulador estabelece o preço a ser praticado para cada área de concessão ou permissão, conforme as características específicas de cada distribuidora.

Em 18 de julho de 2016 a CERBRANORTE assinou o terceiro termo aditivo ao contrato de permissão, o que permitiu que a CERBRANORTE pleitea-se para a 2ª Revisão Tarifária a receita requerida para sustentação dos custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B), conforme estabelecido no submódulo 8.4 do Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016.

A Resolução Homologatória nº 2331 de 31 de outubro de 2017 aprovou o reajuste anual da Cerbranorte, com um efeito médio para o consumidor de 14,33%.

1.2.6.1 TARIFAS MÉDIAS

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, considerando os impostos incidentes, em dezembro de 2017, atingiu R\$ 436,91/MWh, com uma redução de 2,27% com relação a dezembro de 2016.

Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h		
Classe	Exercício	
	2017	2016
Residencial	530,97	506,37
Comercial	458,59	531,04
Industrial	545,00	477,46
Rural	371,83	351,78
Poderes Públicos	547,80	530,91
Iluminação Pública	334,87	308,83
Serviços Públicos	440,81	433,41
Média Geral	436,91	446,83

1.2.6.2 ABERTURA DAS TARIFAS POR CLASSE

As tarifas de energia elétrica devem proporcionar o equilíbrio econômico financeiro calculado pelo órgão regulador. Sendo assim, cobrirão os custos não gerenciáveis ou Parcada “A” (suprimento, encargos setoriais e impostos) e os custos gerenciáveis ou Parcada “B” (operação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica).

						Valores em R\$ mil	
	Composição da Tarifa	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada	16.393,07	18.104,82	9.011,52	10.200,87	898,40	3.446,13	
Energia faturada em GWh	30.874	39.479	16.535	27.434	1.640	16.914	
(-) Impostos	3.015,77	4.517,44	2.251,72	2.031,06	159,51	524,43	
PIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COFINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	3.015,77	4.517,44	2.251,72	2.031,06	159,51	524,43	
(-) Encargos Setoriais	1.501,23	1.919,65	804,01	1.333,96	79,74	822,43	
Fiscalização	20,60	26,34	11,03	18,30	1,09	11,28	
CCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RGR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P&D/PEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bandeiras	598,08	764,77	320,31	531,44	31,77	327,65	
CDE	882,56	1.128,54	472,67	784,22	46,88	483,50	
(-) Custo da energia	6.715,17	8.586,78	3.596,40	5.966,96	356,70	3.678,84	
Energia	5.663,66	7.242,20	3.033,25	5.032,61	300,85	3.102,78	
PROINFA	233,82	298,98	125,22	207,76	12,42	128,09	
TUSD	817,69	1.045,60	437,93	726,59	43,44	447,97	
(=) Residual (Custos gerenciáveis)	5.160,90	3.080,95	2.359,39	868,88	302,44	-1.579,57	

			Valores em R\$ mil
Parcela	Em 2017	Em 2016	Variação
Parcela A	82%	47.861,82	80%
Parcela B	18%	10.192,98	20%
Tarifa Aplicada	100%	58.054,80	100%

1.2.7 Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2013	9,07	12,45	0,16
2014	6,31	9,60	0,19
2015	8,34	8,32	0,17
2016	8,74	8,40	0,18
2017	6,29	7,59	0,18

1.2.8 Atendimento ao Consumidor

Durante o ano de 2017 a Cerbranorte atendeu a 23.606 solicitações de serviço dos consumidores. Um total de 917 ligações de energia foram feitas, de forma rápida e eficiente, comprovando o respeito e a agilidade que a Cerbranorte tem no atendimento aos seus cooperados.

Inúmeros pedidos de melhorias e ampliação no sistema de distribuição foram atendidos, aumentando a capacidade instalada para 92.640 kVA. Equipamentos foram e estão sendo adquiridos para uso pelos técnicos de campo de forma *RealTime*, visando racionalizar as atividades relacionadas à operação do sistema de distribuição, através da diminuição do tempo de atendimento e dos custos de deslocamento envolvidos.

A primeira etapa da reforma e ampliação da sede administrativa, iniciada no primeiro trimestre de 2016, foi finalizada em 2017. Esta obra traz maior conforto ao consumidor que vem até a Cerbranorte, além de melhores condições de trabalho para a equipe administrativa. Uma segunda etapa da obra está prevista para o ano de 2018.

Os 02 postos de atendimento da Cerbranorte, ambos localizados na área central das cidades atendidas, funcionam de segunda a sexta-feira, 8h diárias, proporcionando fácil acesso ao consumidor para solicitar serviços e esclarecer dúvidas. Para facilitar a comunicação em qualquer hora e local, estão disponíveis para os consumidores, de forma gratuita, a comunicação via SMS e 0800.

Em dezembro de 2016, visando modernizar o atendimento ao consumidor, foi disponibilizado o app Cerbranorte Virtual, disponível para download de forma gratuita na AppleStore e PlayStore. As mesmas funcionalidades do app foram incluídas no site da Cerbranorte, ampliando os serviços oferecidos nas mídias virtuais. Em 2017, com a introdução desses aplicativos, o número de atendimentos com origem na internet, subiu de 361 em 2016 para 19.773 em 2017, um aumento considerável de 5477%. Redes sociais como Facebook e WhatsApp, além do site, fornecem aos consumidores notícias sobre o dia a dia da Cerbranorte, facilitam a comunicação e trazem transparéncia para o consumidor.

1.2.9 Tecnologia da Informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, que dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao

consumidor (processamento, suporte e infraestrutura). O processo de modernização dos equipamentos de TI é constante na CERBRANORTE. Pode-se afirmar que a Cerbranorte dispõe de um serviço que garante a segurança de dados e manutenção ininterrupta do serviço, incluindo sistema de backup compatível com as melhores técnicas de segurança.

Nossa equipe de manutenção de rede conta com equipamentos modernos, como sensores infravermelhos para identificar danos nas redes elétricas, fazendo assim uma manutenção preventiva. Nossos relígadores são automatizados, e conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrados remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

Para o consumidor ligado em Alta Tensão, existe ainda a opção de acompanhamento diário de seus dados de consumo através da Tele medição. Este recurso possibilita ao consumidor o acompanhamento em tempo real de dados de leitura, fator de potência, corrente e tensão, permitindo ao técnico da empresa o gerenciamento de perdas e curvas de carga, entre outras funcionalidades.

A Empresa continua investindo no aumento de tecnologia, para melhoria da qualidade de energia distribuída. Também está investindo fortemente em sistemas computacionais, servidores e treinamento de pessoal, cumprindo assim com as exigências do órgão Regulador e melhorando a agilidade e qualidade dos serviços prestados, em busca de maior satisfação dos associados.

1.2.10 Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2017, as sobras liquidas à disposição para deliberação da assembleia foram de R\$ 1.522 mil comparado com as R\$ 1.178 mil de 2016, aumentando em R\$ 344 mil, representando um percentual de 29,28% maiores que no exercício anterior. Tal fato se dá pelos seguintes fatores, a) Aumento da Receita Operacional; b) Diminuição dos encargos setoriais.

As despesas operacionais totalizaram em 2017 R\$ 3.018 mil contra R\$ 2.963 mil em 2016, 1,86% maiores em relação ao exercício anterior. O resultado praticamente se manteve não tendo nenhum indicador isolado que possa comprovar a pequena variação entre os exercícios.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 4.475 Mil, superiores em 15,69% a 2016, que foi de R\$ 3.768 Mil, conforme variação abaixo:



1.2.11 Investimentos

Em 2017 os investimentos da Cooperativa totalizaram R\$ 3.075 mil. Entre as muitas obras realizadas para expansão e melhoria do sistema elétrico, destaque para a substituição de reguladores de tensão do alimentador para Rio Fortuna e dos condutores do alimentador para o Pinheiral. A seguir quadro dos investimentos concluídos e imobilizados no exercício:

	Investimentos - R\$ mil		
	2017	2016	Var %
Obras de Distribuição	3.075	8.630	(64,37)
Edificações	-	224	100,00
Obras Ligações e Medições	3.012	7.957	(62,15)
Veículos	-	37	100,00
Equipamento Geral	39	372	(89,48)
Intangível	24	40	(39,03)
Total	3.075	8.630	(64,37)

O quadro abaixo demonstra a evolução e a projeção dos investimentos da Cerbranorte em suas redes de distribuição. Este quadro é separado dos demais investimentos, devido a grande importância que os mesmos representam para uma Distribuidora.

Durante esse período foram feitas intervenções na rede de distribuição a fim de atender a demanda de novos consumidores, loteamento e melhorias para minimizar problemas de falta de energia causada por materiais e equipamentos depreciados e/ou avariados.

Evolução e Projeção dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2017				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AIS Bruto 1	16.905	8.220	3.011	1.652	1.943	1.708	1.988	1.861
Transformador de Distribuição	781	1.070	692	491	564	364	525	607
Medidor	222	282	310	237	245	245	231	218
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.756	4.345	826	84	71	521	523	522
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	791	2.260	1.184	840	1.063	578	709	514
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	12.311	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	43	263	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(136)	(670)	(289)	-	-	-	-	-

Anualmente a permissionária deve apresentar as projeções de investimentos no sistema de distribuição de energia elétrica.

O PDD - Plano de Desenvolvimento da Distribuição, apresenta o resultado dos estudos de planejamento elétrico e energético das concessionárias e permissionárias de distribuição. A Aneel utiliza essas informações para acompanhar o planejamento e a evolução dos sistemas de distribuição de energia

elétrica no País, além de usá-los para avaliar eventuais necessidades de aprimoramento da regulamentação vigente.

Os valores são classificados por tipo de equipamento (transformador e medidor), redes e subestações, segregados por faixa de tensão, devendo contemplar os valores do Ativo Imobilizado em Serviço-AIS Bruto e Obrigações Especiais Bruta.

R\$ Mil	2017R	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2017	3.011	1.652	1.943	1.708	1.988	1.861

R\$ Mil	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2016	2.507	1.906	2.082	1.049	1.280	1.666
Diferença	20,1%	-13,3%	-6,7%	62,8%	55,3%	11,7%

1.2.12 Captações de Recursos

Os investimentos de 2017 foram realizados com recursos próprios.

1.2.13 Valor Adicionado

Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERBRANORTE foi de R\$ 28.798,56 (Reais/mil), representando 40,83% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Composição Acionária: Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social da CERBRANORTE era de R\$ 2.667 (Reais/mil), composto por 564.675 cotas, assim distribuídas:

Antonio Jose da Silva	25	0,004
Manoel da Silva	25	0,004
Luiz Antonio Alves Brescianini	25	0,004
Irio Luiz Volpato	25	0,004
Itamar Feldhaus	25	0,004
Vanio Jose Volpato	25	0,004
Heleno Wiggers	25	0,004
Demais Associados	564.500	99,969
T O T A L	564.675	100,000

1.2.14 Relações com o Mercado

Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizada de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.

A gestão cooperativista, norteada pela Lei 5764/1971, é baseada na premissa de que as principais decisões são tomadas em conjunto, em assembleia. Dessa forma, uma vez ao ano, em assembleia geral ordinária, a diretoria submete a aprovação dos associados as contas do exercício anterior e o plano de investimento para o próximo ano. Por meio do website, jornais de circulação local e apresentações públicas, fatos relevantes, ações e resultados são comunicados para os associados e a comunidade.

A Cerbranorte realiza praticamente 100% dos investimentos com recursos próprios, não havendo assim a necessidade de desenvolver ações para despertar o interesse do mercado financeiro para captação de recursos.

De forma a promover a transparência de suas ações e investimentos, a permissionária mantém a disposição dos seus associados, serviço de atendimento presencial na sede social, situado à Rua Jorge Lacerda, 1761, Centro Braço do Norte – SC e filial à Rua Sete de Setembro, 1220 Centro de Rio Fortuna – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones: 0800-6432499 (48) 3658-2499 e (48) 3653-1129, com atendimento 24 horas.

O sitio oficial da Cerbranorte no endereço, www.cerbranorte.com.br disponibiliza todas as informações de cadastro e consumo por meio de acesso privado, bem como um canal aberto para comunicação entre a cooperativa e seus associados.

Em 2017 a permissionária investiu R\$ 80 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, de modo a manter a permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados, oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

1.3 GESTÃO

O planejamento empresarial elaborado pela permissionária vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico. Gerir hoje envolve uma gama abrangente e diversificada de atividades. O gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições adversas e de cenários alternativos.

Atualmente o modelo de gestão das atuais cooperativas de infraestrutura tem funcionamento semelhante ao de uma empresa normal, cuja gestão é centralizada em poucas pessoas (a diretoria). O diferencial fica nas definições estatutárias, que no caso da Cerbranorte, limita o mandato à 04 anos e restringi as ações da diretoria às decisões das assembleias. Mas o principal aspecto do cooperativismo é a gestão participativa, que valoriza e fortalece o associado e não a estrutura física. Nesta visão é importante ter sócios fortalecidos, com estrutura simples e ágil, a serviço dos associados. Atender as expectativas e necessidades dos associados é o foco da gestão.

Foi pensando assim que a Cerbranorte, ao final de 2015, aderiu ao PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas, cuja metodologia é pautada no Modelo de Excelência da Gestão® (MEG), desenvolvido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), para ser um referencial na promoção da melhoria da qualidade da gestão e do aumento da competitividade das organizações, além de promover a adoção de boas práticas de gestão e de governança.

Essa concepção proporcionou a criação de um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças, identificar tendências, que, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas a serem submetidas à apreciação da assembleia geral ordinária de 2018.

1.3.1 A CERBRANORTE em Números

	2017	2016	Var %
Atendimento			
Número de consumidores	16.395	16.093	1,88%
Número de empregados	90	90	0,00%
Número de consumidores por empregado	182	179	1,88%
Número de localidades atendidas	6	6	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	510,22	510,22	0,00%
Demandas máximas (MWh/h)	32,00	29,00	10,34%
Distribuição direta (GWh)	132,91	122,09	0,00%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	436,91	446,83	-2,22%
Residencial	530,97	477,46	11,21%
Comercial	458,59	531,04	-13,64%
Industrial	545,00	531,04	2,63%
Rural	371,83	351,78	5,70%
Suprimento	116,57	95,48	0,00%
DEC (horas)	6,29	8,74	-28,03%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	33	33	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	11	11	0,00%
FEC (número de interrupções)	7,59	8,40	-9,64%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	8,36	12,06	-30,68%

Operacionais				
Número de subestações		1	1	0,00%
Linhos de distribuição (Km)		1.692	1685	0,42%
Capacidade instalada (MW)		93	88	5,68%
Financeiros				
Receita operacional bruta (R\$ mil)		70.563,91	69.088,46	2,14%
Receita operacional líquida (R\$ mil)		51.602,89	49.857,02	3,50%
Margem operacional do serviço líquida (%)		36,74%	38,57%	-4,74%
EBITDA OU LAJIDA		4.475,77	3.768,83	18,76%
Lucro líquido (R\$ mil)		2.158,86	1.848,40	16,80%
Lucro líquido por mil cotas		2.158,86	1.848,40	16,80%
Patrimônio líquido (R\$ mil)		25.816,85	23.637,80	9,22%
Valor patrimonial por cota R\$		25.816,85	23.637,80	9,22%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)		8,36	7,82	6,94%
Endividamento do patrimônio líquido (%)		115,82	118,38	-2,16%
Em moeda nacional (%)		100	100	0,00%
Em moeda estrangeira (%)		0,00	0,00	0,00%

1.3.2 Indicadores de Performance

Indicadores de Perfomance				
Sálario Médio dos Funcionarios		3,04	2,98	2,01%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário (MWh)		1632,41	1.555	4,98%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor (MWh)		8,96	8,69	3,11%
Retorno de ativos por unidade		0,06	0,05	20,00%

1.4 BALANÇO SOCIAL

1.4.1 Recursos Humanos

Em 2017, a Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE realizou para aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, de acordo a especificidade de cada área. Ajudou também ensinos profissionalizante e superior, diretamente ligados à atividade fim e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº 10.

1.4.2 Responsabilidade Social

Responsabilidade social para a permissionária é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas que ultrapassem as exigências éticas e legais no que tange à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

A CERBRANORTE constantemente colabora com a comunidade, por meio do apoio às escolas, instituições e associações comunitárias, além de causas pontuais, que visam instruir e beneficiar a população.

Em 2017, demos continuidade ao desenvolvimento do Programa Cooperjovem, que visa, principalmente, difundir o cooperativismo e seus princípios para as crianças do 1º ao 9º ano escolar, em três escolas na área de atuação da cooperativa.

No início de março, realizamos uma reunião com os coordenadores e professores do cooperjovem a fim de desenvolver o planejamento e definir as ações do ano com toda a comunidade escolar. Para capacitação e aperfeiçoamento de técnicas de ensino com base no cooperativismo, foram realizados, ao longo do ano, 12 treinamentos e três palestras motivacionais para os professores e coordenadores do programa.

Desde que surgiu, em 2010, o Cooperjovem vem conquistando tanto as crianças quanto os seus familiares, e uma das principais mudanças relatadas pelos professores é a participação dos pais na vida escolar dos seus filhos. Para elaborar os projetos, as escolas passam por um levantamento de dados, feitos através de pesquisas e, conforme a necessidade de cada escola, os projetos são criados. Ao todo, cerca de 26 atividades de cooperativismo foram promovidas nas escolas José Boeing, Adolfo Wiggers e Atílio Ghisi, entre elas o Projeto Horta Comunitária, Gentileza Gera Gentileza e o Mutirão da Cooperação.

1.4.3 CIPA

Os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA realizam reuniões mensais tendo como objetivos cumprir a Norma Regulamentadora Nº 05, abordando assuntos como: identificação dos riscos para cada função existente, fiscalização do uso pelos colaboradores dos equipamentos de proteção; e, divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho. Tal abordagem tem também como objetivo solucionar os problemas de segurança e saúde.

Em 2017, foi realizada a SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho), de 23 a 26 de outubro, envolvendo todos os colaboradores, através de palestras com os temas: Direção Defensiva, Uso

Adequado de EPI's e Dependência Química. Na oportunidade, também foi oferecido aos empregados o teste glicêmico, como prevenção ao Diabetes.

1.4.4 Programa de Estagiários

Mediante convênio com algumas instituições de ensino, a permissionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino. Em 2017 o programa de estágio da cooperativa contemplou 01 estagiário, Estevão Mecabo Niehues, estudante de Eletrotécnica da SATC.

Do mesmo modo, a permissionária deu continuidade ao Programa Jovem Aprendiz, contratando 03 jovens, objetivando cumprir com as exigências da Lei da Aprendizagem, além de oportunizar aos participantes, um espaço para a aplicação do conhecimento teórico, através da prática e do acompanhamento dos responsáveis na empresa. Para a realização deste programa, a permissionária conta com a parceria do SESCOOP/SC, que subsidia os custos com a Entidade Formadora, neste caso, o SENAI/SC, outro parceiro da CERBRANORTE.

1.4.5 Demonstrativo do Balanço Social

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ: 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2017 e 2016
Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Base de Cálculo	2017			2016		
	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL
Receita Líquida (RL)	51.602,89			49.857,02		
Resultado Operacional (RO)	2.881,68			2.375,74		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	6.222,00			6.451,87		
2 Indicadores Sociais Internos						
Encargos Sociais Compulsórios	1.803,49	28,99%	3,49%	1.871,37	29,01%	3,75%
Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia	179,21	2,88%	0,35%	170,07	2,64%	0,34%
Alimentação	708,13	11,38%	1,37%	677,74	10,50%	1,36%
Outros - Seguros	30,78	0,49%	0,06%	24,46	0,38%	0,05%
Total - Indicadores Laborais	2.721,60	43,74%	5,27%	2.743,65	42,52%	5,50%
3 Indicadores Sociais Externos						
Tributos (excluídos encargos sociais)	19.159,92	664,89%	37,13%	19.505,33	821,02%	39,12%
Total - Indicadores Sociais	19.159,92	664,89%	37,13%	19.505,33	821,02%	39,12%
4 Indicadores do Corpo Funcional	Em Unidades			Em Unidades		
Empregados ao final do período	90			90		
Admissões durante o período	7			7		
Demissões durante o período	7			11		
Empregados acima de 45 anos	32			33		
Mulheres que trabalham na empresa	15			13		
5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,8			7,8		
Número total de acidentes de trabalho	4			3		

1.5 AGRADECIMENTOS

A diretoria composta pelos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, efetivos e suplentes, que participaram da gestão representando os associados nos debate das questões de maior interesse da Cerbranorte.

Ao quadro funcional, que desenvolveu suas atividades contribuindo para o cumprimento da missão da permissionária.

E aos associados que participaram das assembleias apresentando sugestões e contribuindo com o crescimento da cooperativa, garantindo a participação cooperativa.

Braço do Norte, 31 de dezembro de 2017.

A Administração.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. SOCIETÁRIAS

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2017 e 2016
Balanço Patrimonial
 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO		NE	2017	2016
<u>Circulante</u>			<u>17.662,49</u>	<u>15.642,85</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	1.616,12	2.481,32	
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	7	9.940,77	8.332,54	
(-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(573,46)	(548,00)	
Impostos e Contribuições Sociais	10	227,55	1.072,23	
Estoques	11	257,99	228,31	
Ativos Regulatórios	13	1.810,81	1.271,92	
Despesas Pagas Antecipadamente	12	150,66	152,76	
Outros Créditos	9	4.232,05	2.651,77	
<u>Não Circulante</u>			<u>38.056,11</u>	<u>37.532,53</u>
Realizável a Longo Prazo			<u>18.248,82</u>	<u>16.991,25</u>
Ativo Indenizável (Permissão)	14	18.201,44	16.810,85	
Impostos e Contribuições Sociais	10	19,80	152,82	
Outros Créditos	9	27,58	27,58	
Investimentos	15	48,92	48,90	
Intangível	16	19.758,37	20.492,38	
TOTAL DO ATIVO		<u>55.718,60</u>	<u>53.175,38</u>	

PASSIVO		NE	2017	2016
<u>Circulante</u>			<u>14.456,57</u>	<u>15.517,73</u>
Empréstimos e Financiamentos	17	1.509,52	1.554,79	
Fornecedores	18	7.036,10	5.556,35	
Impostos e Contribuições Sociais	10	748,36	635,60	
Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas	19	926,14	991,58	
Encargos do Consumidor a Recolher	20	1.159,91	474,73	
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	21	800,78	1.305,37	
Passivos Regulatórios	13	109,56	2.576,36	
Outras Contas a Pagar	23	2.166,20	2.422,95	
<u>Não Circulante</u>			<u>15.445,18</u>	<u>14.019,85</u>
Empréstimos e Financiamentos	17	7.668,13	9.112,12	
Provisão para Contingências	22	5.193,00	2.816,57	
Outras Contas a Pagar	23	536,16	536,16	
Obrigações Vinculadas à Concessão	16.2	2.047,89	1.555,00	
<u>Patrimônio Líquido</u>	24	<u>25.816,85</u>	<u>23.637,80</u>	
<u>Capital Social</u>			<u>2.667,12</u>	<u>2.646,94</u>
<u>Reserva de Capital</u>			<u>726,46</u>	<u>726,46</u>
<u>Reservas de Sobras</u>			<u>20.900,41</u>	<u>19.086,40</u>
<u>Reservas Estatutárias</u>			<u>20.900,41</u>	<u>19.086,40</u>
<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>			<u>1.522,86</u>	<u>1.178,00</u>
Sobras a Disposição da AG		1.522,86	1.178,00	
TOTAL DO PASSIVO		<u>55.718,60</u>	<u>53.175,38</u>	

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2017 e 2016
Demonstração do Resultado do Exercício
 (Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2017	2016
Receita Operacional	25	70.563,91	69.088,46
Fornecimento de Energia Elétrica		24.089,72	19.026,20
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		35.944,65	34.124,32
Receita de Construção		3.459,27	9.726,95
Outras Receitas Operacionais		7.070,27	6.210,99
(-) Deduções da Receita Operacional	26	18.961,02	19.231,44
Tributos Sobre a Receita		12.499,99	11.672,71
Encargos Setoriais		6.461,03	7.558,73
(=) Receita Operacional Líquida	27	51.602,89	49.857,02
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	28	44.527,60	43.143,06
Energia Comprada para Revenda		29.714,41	23.471,60
Custo de Operação		11.353,92	9.944,51
Custo de Construção		3.459,27	9.726,95
(=) Resultado Operacional Bruto		7.075,29	6.713,96
(-) Despesas Operacionais		4.193,61	4.338,22
Despesas com Vendas	28	25,46	76,69
Despesas Gerais e Administrativas	28	3.018,23	2.963,24
Outras Receitas e Despesas Líquidas	28	1.149,92	1.298,29
(=) Resultado do Serviço		2.881,68	2.375,74
(+) Resultado Financeiro	29	(661,66)	(329,54)
Receitas Financeiras		553,86	1.055,31
(-) Despesas Financeiras		1.215,52	1.384,85
(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL		2.220,02	2.046,20
(-) IRPJ	32	38,62	139,09
(-) CSLL	32	22,54	58,71
(=) Resultado Líquido do Exercício		2.158,86	1.848,40

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ: 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2017 e 2016
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial	Reservas de Sobras				Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
				Reserva Legal	RATES	Reserva de Expansão Manut. Sist. Distribuição	Reserva de Investimento e Ampliações		
Saldo em 31/12/2015	2.629,64	726,46	0,00	2.511,36	911,90	8.230,81	4.084,68	2.677,25	21.772,10
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	17,31	-	-	-	-	-	-	-	17,31
Destinação do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	1.860,13	0,00	(1.860,13)	0,00
Reversão de Reservas									
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	(360,70)	(329,23)	-	689,93	0,00
- Por Proposta a AGO	-	-	-	817,12	-	-	-	(817,12)	
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.848,40	1.848,40
Destinações Estatutárias	-	-	-	139,45	523,64	697,24	-	(1.360,33)	0,00
Saldo em 31/12/2016	2.646,95	726,46	0,00	3.467,93	1.074,84	10.458,95	4.084,68	1.178,00	23.637,81
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	20,18	-	-	-	-	-	-	0,00	20,18
Destinação do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	1.178,00	0,00	(1.178,00)	0,00
Reversão de Reservas									
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	(411,73)	(418,36)	-	830,09	0,00
- Por Proposta a AGO	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00	
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.158,86	2.158,86
Destinações Estatutárias	-	-	-	197,94	278,47	989,68	-	(1.466,09)	0,00
Saldo em 31/12/2017	2.667,13	726,46	0,00	3.665,87	941,58	12.208,27	4.084,68	1.522,86	25.816,85

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ: 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2017 e 2016
Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	<u>2.158,86</u>	<u>1.848,40</u>
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	4.082,91	6.849,42
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	25,46	76,68
Depreciação e Amortização	1.688,50	1.439,68
Baixas do Intangível	2.368,95	5.333,06
Baixas do Imobilizado	0,00	0,00
Variações no Ativo	(4.167,87)	(5.030,30)
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(1.608,23)	44,71
Impostos e Contribuições Sociais	977,70	(556,35)
Estoque	(29,68)	169,12
Ativos Regulatórios	(538,89)	553,32
Despesas Pagas Antecipadamente	2,10	(23,50)
Ativo Financeiro da Concessão	(1.390,59)	(4.180,97)
Outros Realizáveis	(1.580,28)	(1.036,63)
Variações no Passivo	<u>1.853,44</u>	<u>3.456,40</u>
Fornecedores	1.479,75	1.867,21
Impostos e Contribuições Sociais	112,76	(682,42)
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	(65,44)	87,32
Encargos do Consumidor a Recolher	685,18	(962,52)
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	(504,59)	165,27
Passivos Regulatórios	(2.466,80)	1.345,20
Provisões p/Contingências	2.376,43	70,00
Outras Exigibilidades	236,15	1.566,34
Total das Atividades Operacionais	<u>3.927,34</u>	<u>7.123,92</u>
Atividades de Investimento		
Participações Societárias	0,02	5,19
Aplicações no Intangível	3.323,44	9.639,64
Total das Atividades de Investimento	<u>3.323,46</u>	<u>9.644,83</u>
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	(1.489,26)	(1.429,57)
Aumentos de Capital	20,18	17,31
Total das Atividades de Financiamento	<u>(1.469,08)</u>	<u>(1.412,26)</u>
Total dos Efeitos no Caixa	<u>(865,20)</u>	<u>(3.933,17)</u>
Saldo Inicial de Caixa	2.481,32	6.414,49
Saldo Final de Caixa	1.616,12	2.481,32
Variação no Caixa	<u>(865,20)</u>	<u>(3.933,17)</u>

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ: 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2017 e 2016
Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas	70.538,46	69.011,77
Venda de Energia e Serviços	66.733,93	59.022,35
Receita de Construção	3.459,27	9.726,95
Outros Receitas Operacionais	(25,46)	(76,69)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	370,72	339,16
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	40.145,82	38.943,26
Insumos Consumidos	40.145,82	38.943,26
Energia Comprada para Revenda	25.450,30	20.919,43
Encargo de Uso de Rede Elétrica	4.264,11	2.552,17
Outros Insumos Adquiridos	4.201,88	1.563,17
Material e Serviços de Terceiros	2.770,26	4.181,54
Custo da Construção	3.459,27	9.726,95
(=) Valor Adicionado Bruto	30.392,64	30.068,51
(-) Depreciações e Amortizações	(1.594,08)	(1.393,08)
(=) Valor Adicionado Líquido	28.798,56	28.675,43
(+) Valor Adicionado Transferido	553,86	1.055,31
Receitas Financeiras	553,86	1.055,31
(=) Valor Adicionado a Distribuir	29.352,42	29.730,74
Distribuição do Valor Adicionado:	29.352,40	29.730,74
Pessoal	5.208,68	5.352,06
Remunerações	4.049,88	4.150,97
Encargos Sociais - FGTS	355,27	379,34
Auxílio Alimentação	708,13	677,74
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	95,40	144,01
Governo	20.769,34	21.145,43
Federal	8.175,93	9.443,81
Estadual	12.577,75	11.701,33
Municipal	15,66	0,29
Financiadores	1.215,52	1.384,85
Outros Encargos Financeiros	1.215,52	1.384,85
Cooperados	2.158,86	1.848,40
Sobras Retidas	2.158,86	1.848,40
Valor Adicionado (médio) por Empregado	326,14	330,34

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a CERBRANORTE está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

1.1. Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2017, a CERBRANORTE realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Contábeis – as demonstrações contábeis foram autorizadas pelo conselho de administração.

2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1.629 de 21 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica nº 025, em 28 de novembro de 2008.

2.1. Prazo da Permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato.

2.2. Objetivo da Permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

2.3. Áreas de Permissão – municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina, conforme resolução homologatória Aneel nº 338, de 22 de maio de 2006.

2.4. Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas no mês de setembro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária. Inclui os custos

com operação, manutenção e expansão do sistema de distribuição, bem como os custos com o atendimento aos consumidores. Em 18 de julho de 2016 a CERBRANORTE assinou o terceiro termo aditivo ao contrato de permissão, o que permite que a CERBRANORTE pleiteie a receita requerida prevista para sustentação dos custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B), conforme estabelecido no submódulo 8.4 do Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016.

Composição da Receita Requerida:

Parcela A	Parcela B
Encargos Setoriais	Despesas de Operação e Manutenção (2.4.6)
Taxa de Fiscalização - TFSEE (2.4.1)	Pessoal
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (2.4.2)	Material
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2.4.3)	Serviços de Terceiros
	Despesas Gerais e Outras
Encargos de Transmissão (2.4.4)	Despesas de Capital
	Cotas de Depreciação (2.4.7)
	Remuneração do Capital (2.4.8)
Compra de Energia Elétrica para Revenda (2.4.5)	

2.4.1. Taxa de Fiscalização (TFSEE): encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

2.4.2. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA): encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

2.4.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

2.4.4. Encargos da Transmissão: Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaipu e com o operador nacional do sistema.

2.4.5. Compra de Energia Elétrica para Revenda: Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem o item de custo não gerenciável de peso significativo para as permissionárias distribuidoras.

2.4.6. Despesas de Operação e Manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.7. Cotas de Depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.8. Remuneração do Capital: É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.5. Bandeiras Tarifárias - Cobrança adicional para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica, criada pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401, de 04 de fevereiro de 2015.

A ANEEL, por meio do Submódulo 6.8 do Proret - Bandeiras Tarifárias, revisado pela Resolução Normativa nº 760, de 14 de fevereiro de 2017, estabeleceu e definiu o sistema de Bandeiras Tarifárias, representado por:

- ─ Bandeira Tarifária Verde;
- ─ Bandeira Tarifária Amarela e;
- ─ Bandeira Tarifária Vermelha, Patamar 1 e 2.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

Nas competências mensais de 2017, a CERBRANORTE aplicou o sistema de Bandeiras Tarifárias para seus consumidores, conforme Despachos publicados pela ANEEL, sendo:



3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável às demais sociedades, que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*. Tomou-se também como base os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resolução CFC nº 920/2001, 1.013/2005 e 1.282/2010. Estão ainda de acordo com a Lei 5.764/1971,

que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitidas pela ANEEL.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira - A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa - Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

4.3. Contas a Receber - Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

4.4. Estoques - Os materiais em estoques classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos (imobilizado), estão registrados pelo custo médio de aquisição.

4.5. Ativos e Passivos Regulatórios - Em 21 de dezembro de 2015, a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a contratada, Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - CERBRANORTE, firmou o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão para Distribuição nº 025/2008-ANEEL, tendo como objetivo eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A sob o título de outros componentes financeiros.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da permissão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão e de Permissão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte – Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo.

A CERBRANORTE efetuou o reconhecimento dos saldos de outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em subtítulos específicos denominados Ativos Regulatórios e Passivos Regulatórios em contrapartida de Receita de Ativo Regulatório e de Passivo Regulatório, no resultado.

4.6. Não Circulante - Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

4.7. Ativo Indenizável (Permissão) - Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível dos contratos de permissão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens a serviços da permissão são as seguintes:

Itens mais relevantes do ativo Não Circulante	Taxa Anual
Condutor (Tensão < 69Kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Veículos	14,29%

4.8. Intangível - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e do OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

4.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment* - A CERBRANORTE analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a CERBRANORTE estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a CERBRANORTE reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

4.10. Benefícios a Empregados - Os pagamentos de benefícios como salário, férias vencidas ou proporcionais, e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

4.11. Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo - Os ativos e passivos de longo prazo da CERBRANORTE são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da cooperativa.

4.12. Provisão para Contingências - Os Passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

4.13. Receitas e Despesas - A CERBRANORTE segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.13.1. Receita Não Faturada – Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica entregue ao consumidor e não faturada, e a receita de utilização da rede de distribuição, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

4.13.2 Receita de Construção – A ICPC 01 (R1) estabelece que a permissionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviço de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A CERBRANORTE contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.14. Operações com Partes Relacionadas – A caracterização da relação existente entre as operações com partes relacionadas tem regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.

4.15. Tributação do Resultado - A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

4.16. Operações com Terceiros – As operações com não associados estão escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a NBCT 10.8, conforme apresentamos na Demonstração de resultado para efeito de cálculo do

IRPJ e CSLL nota 32.

O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, é destinado integralmente a Reserva (Fundo) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

5. Instrumentos Financeiros

5.1. Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos - A CERBRANORTE mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6;

Contas a Receber - Consumidores: apresentados na nota 7, subtraídos as provisões apresentadas na nota 8;

Ativo Financeiro Indenizável: apresentados na nota 14;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 17;

Fornecedores: apresentados na nota 18.

5.2. Valor Justo

	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Instrumentos Financeiros				
Ativo	29.184,87	29.184,87	27.076,71	27.198,10
Caixa e equivalentes de caixa	1.616,12	1.616,12	2.481,32	2.481,32
Contas a receber	9.367,31	9.367,31	7.784,54	7.905,93
Ativo Indenizável (Permissão)	18.201,44	18.201,44	16.810,85	16.810,85
Passivo	16.213,75	16.213,75	16.223,26	15.785,62
Empréstimos e Financiamentos	9.177,65	9.177,65	10.666,91	12.096,48
Fornecedores	7.036,10	7.036,10	5.556,35	3.689,14

5.3. Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2017				
Ativo	18.201,44	10.983,43	-	29.184,87
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.616,12	-	1.616,12
Contas a receber	-	9.367,31	-	9.367,31
Ativo Indenizável (Permissão)	18.201,44	-	-	18.201,44
Passivo	-	-	7.036,10	16.213,75
Empréstimos e Financiamentos	-	-	9.177,65	9.177,65
Fornecedores	-	-	7.036,10	7.036,10
Em 31 de dezembro de 2016				
Ativo	16.810,85	10.265,86	-	27.076,71
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.481,32	-	2.481,32
Contas a receber	-	7.784,54	-	7.784,54
Ativo Indenizável (Permissão)	16.810,85	-	-	16.810,85
Passivo	-	-	5.556,35	16.223,26
Empréstimos e Financiamentos	-	-	10.666,91	10.666,91
Fornecedores	-	-	5.556,35	5.556,35

5.4. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

5.4.1. Risco de Crédito: advém da possibilidade da CERBRANORTE não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira.

5.4.2. Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da CERBRANORTE em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	2017	2016
Caixa e Bancos				1.616,12	972,26
Aplicações no Mercado Aberto					
Caixa Econômica Federal	FIC Giro Empresas	Imediato	1,07% a.m	-	-
Caixa Econômica Federal	FIC Caixa TOP	Imediato	1,13% a.m	-	-
Caixa Econômica Federal	FIC Premium	Imediato	1,07% a.m	-	1.509,06
				-	1.509,06
				1.616,12	2.481,32

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate em prazo não superior a 90 dias.

7. Consumidores

Os valores a receber são principalmente provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da CERBRANORTE e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. O valor de energia elétrica não faturada é baseado em estimativa.

	Saldos Vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	mais 90 dias	2017	2016
Consumidores					
Residencial	1.896,06	349,61	122,60	2.368,27	1.985,63
Industrial	2.192,55	648,39	93,32	2.934,26	2.333,93
Comercial	1.174,87	141,47	59,55	1.375,89	1.136,89
Rural	1.224,86	129,73	21,31	1.375,90	1.079,16
Poder Público	99,43	0,62	0,07	100,12	81,75
Iluminação Pública	189,46	-	-	189,46	88,80
Serviços Públicos	52,04	-	-	52,04	37,21
Suprimento	-	-	-	-	69,93
Participação Financeira	134,51	-	-	134,51	176,33
Serviços Taxados/Outros	88,67	-	-	88,67	91,25
Parcelamentos					
Residencial	35,56	-	-	35,56	37,73
Industrial	1.236,60	-	-	1.236,60	1.164,12
Comercial	45,60	-	-	45,60	30,12
Rural	3,67	-	-	3,67	19,69
Poder Público	0,22	-	-	0,22	-
	8.374,10	1.269,82	296,85	9.940,77	8.332,54

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da administração da CERBRANORTE em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela ANEEL. O valor apurado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

	2017	2016
Consumidores		
Residencial	138,47	104,98
Industrial	111,56	103,91
Comercial	63,07	44,83
Rural	23,22	23,01
Soma	336,32	276,73
Outros Crédito		
Outros Parcelamentos	237,14	271,27
	573,46	548,00

9. Outros Créditos

Circulante	2017	2016
Devedores Diversos		
Empregados	86,60	103,44
Adiantamento a Fornecedores	64,05	53,88
Titulo de Crédito a Receber	192,81	172,53
Programas PEE e P&D	76,70	563,99
	420,16	893,84
Outros Créditos		
Convênios Arrecadação	301,18	398,64
Subvenção CDE	3.330,37	1.232,90
Outros	180,34	126,39
	3.811,89	1.757,93
Soma do Circulante	4.232,05	2.651,77
Não Circulante - Realizável a Longo Prazo		
Outros Créditos		
Depósitos Vinculados a Litígios	27,58	27,58

10. Impostos e Contribuições Sociais

	2017	2016
Ativo Circulante		
IRRF a Compensar	25,23	156,16
Contribuições Sociais a Recuperar	18,55	78,17
Demais Impostos Retidos	49,19	44,40
ICMS a Recuperar	134,58	793,50
	227,55	1.072,23
Ativo Não Circulante		
ICMS a Recuperar	19,80	152,82
	19,80	152,82
Passivo Circulante		
ISS PMBN a Recolher	4,78	3,30
Taxas Municipais	-	-
ICMS a Pagar	277,67	-
INSS a Recolher	297,59	319,80
FGTS a Recolher	90,97	95,42
IRRF a Recolher	1,51	1,33
Contribuições Sociais na Fonte	3,54	3,01
PIS a Pagar	11,14	13,71
COFINS a Recolher	-	1,23
IRPJ a Pagar	38,62	139,09
CSLL a Pagar	22,54	58,71
	748,36	635,60

10.1. ICMS a Recuperar - Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens destinados a prestação do serviço da CERBRANORTE – Ativo Permanente (CIAP), instituído pela Lei Complementar n.º 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar n.º 102/2000.

10.2. Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar - Os valores registrados como Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte e pagamento mensal por estimativa.

10.3. Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado anualmente com base no lucro real que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 32.

11. Estoques

	2017	2016
Almoxarifado de Manutenção		
Condutores	67,07	70,66
Estruturas	90,37	40,00
Medidores	18,50	26,08
Capacitores	1,86	5,97
Chaves	16,23	16,83
Isoladores	16,21	7,25
Transformadores	8,02	7,28
Parafusos e Ferragens	23,44	26,50
Materiais Diversos	16,21	26,10
Sucata	0,08	1,63
	257,99	228,31

12. Despesas Pagas Antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente compreendem o valor das despesas com seguros para cobertura contra sinistro com veículos da frota e máquinas e equipamentos conforme descrito na nota 33, onde são apresentados as coberturas e os valores dos prêmios totais contratados.

Também correspondem a pagamentos antecipados de outras despesas apropriadas durante o exercício e até mesmo de encargos setoriais, como por exemplo o Proinfa, cujo pagamento é feito anteriormente a emissão da nota fiscal. A tabela abaixo corresponde ao saldo de despesas que ainda serão apropriadas após o fechamento do exercício de 2017.

	2017	2016
Ativos Regulatórios		
Programas Sociais Governamentais	77,84	83,50
Itens Financeiros	18,75	9,24
Outros		
Outros Ativos - Prêmios de Seguros	54,07	60,02
	150,66	152,76

13. Ativos e Passivos Regulatórios - Componentes Financeiros da Tarifa

Os componentes financeiros da tarifa representam as diferenças temporárias nos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme normas do setor de energia elétrica e disposições da ANEEL.

A partir de 21 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de permissão, firmado entre ANEEL e CERBRANORTE, eliminaram-se as possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos Regulatórios		
Circulante		
<u>Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	0,94	0,45
CDE - Neutralidade	9,17	513,58
PROINFA - Neutralidade	-	5,42
IF - CUSD Energia	819,82	-
<u>Em Amortização</u>		
Programas Governamentais - DMR	44,52	44,52
PROINFA - Neutralidade	16,99	6,07
CDE - Neutralidade	346,02	-
TFSEE - Neutralidade	-	0,58
IF - Ajuste Financeiro Revisão/Reajuste	573,35	701,30
	1.810,81	1.271,92
Não Circulante		
IF - Ajuste Financeiro Revisão/Reajuste	-	-
	1.810,81	1.271,92
Passivos Regulatórios		
Circulante		
<u>Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	-	0,65
CDE - Neutralidade	-	4,61
PROINFA - Neutralidade	38,35	5,12
Bandeiras Tarifárias	-	-
<u>Em Amortização</u>		
TFSEE - Neutralidade	2,00	-
CDE - Neutralidade	-	396,91
PROINFA - Neutralidade	0,51	-
Bandeiras Tarifárias	0,05	2.169,07
Compensação DIC/FIC	68,65	-
	109,56	2.576,36

14. Ativo Indenizável (Permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 025/2008, de 28 de Novembro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a CERBRANORTE (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela CERBRANORTE.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da CERBRANORTE, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Ativo Intangível - Permissão	19.758,37	20.492,38
Soma do Intangível	19.758,37	20.492,38
Ativo Financeiro Indenizável	18.201,44	16.810,85
Soma do Financeiro	18.201,44	16.810,85
Ativo Financeiro Indenizável		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.629,88	
Transferência para Ativo Financeiro	4.180,97	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.810,85	
Transferência para Ativo Financeiro	1.390,59	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	18.201,44	

15. Investimentos

	<u>Participação</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Investimentos			
Participações Societárias			
Avaliadas pelo Custo			
Oficina Técnica Extremo Su	0%	21,69	21,69
Fecoerusc	0%	1,20	1,20
Sicredi	0%	0,02	-
CREDIVALE	0%	26,01	26,01
		-	
		48,92	48,90

16. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Transf. Ativo Financeiro	Saldo
Direito de uso da permissão	44.122,72	(6.910,97)	37.211,75	(16.810,85)	20.400,90
Outros Intangíveis	244,08	(152,60)	91,48	-	91,48
Saldo em 31 de dezembro de 2016	44.366,80	(7.063,57)	37.303,23	(16.810,85)	20.492,38
Direito de uso da permissão	46.143,29	(8.265,13)	37.878,16	(18.201,44)	19.676,72
Outros Intangíveis	268,47	(186,82)	81,65	-	81,65
Saldo em 31 de dezembro de 2017	46.411,76	(8.451,95)	37.959,81	(18.201,44)	19.758,37

16.1. Contrato de Permissão - O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da permissão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela CERBRANORTE, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

16.2. Obrigações Especiais - As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações é a data de término da permissão. Após o segundo ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, a característica destas obrigações sofreu

modificação, tanto que o saldo das novas adições passou a ser amortizado contabilmente. A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

16.3. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment* - A CERBRANORTE tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, caso existam evidências claras de que a cooperativa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: permissão detida;
- Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil e;
- Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

A administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da permissão de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição.

Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas acima, a CERBRANORTE não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

16.4. Valor de Recuperação do Ativo Intangível (Vida Útil Definida) - A CERBRANORTE avaliou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

17. Empréstimos e Financiamentos

	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo		
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext Sul	1.495,99	1.485,51
Caixa Econômica Federal - Contrato 25/41	-	-
Caixa Econômica Federal - Contrato 26/22	-	-
Bradesco - Contrato 878391/8	6,97	42,57
Bradesco - Contrato 886524/8	6,56	26,71
	1.509,52	1.554,79
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo		
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext Sul	7.668,13	9.098,59
Bradesco - Contrato 878391/8	-	6,97
Bradesco - Contrato 886524/8	-	6,56
	7.668,13	9.112,12

Captação de recursos junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

- a) Financiamento contraído em 25 de fevereiro de 2014, conforme contrato SC-30.919, destinado a construção de uma subestação de 138 KV, com as seguintes características:

Valor captado: R\$ 8.311 mil.

Taxa de juros: 4,9% a.a.

Período de amortização: 105 parcelas, sendo a primeira com vencimento em 15/07/2015 e a última parcela em 15/03/2024.

Carência: início a partir de 15/06/2014 com juros calculados mensalmente e debitados em conta corrente.

- b) Financiamento contraído em 30 de dezembro de 2013, conforme contrato SC-30.427 destinado a aquisição de equipamentos para a subestação de 138 KV, com as seguintes características:

Valor captado: R\$ 4.006 mil.

Taxa de juros: 3,5% a.a.

Período de amortização: 96 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em 15/02/2016 e a última parcela em 15/01/2024.

Carência: início a partir de 15/04/2014 com juros calculados mensalmente e debitados em conta corrente.

Garantias: Para segurança do principal e demais obrigações dos referidos contratos, a CERBRANORTE dá em penhor de títulos de créditos, imóveis no valor de R\$ 1.050 mil, terrenos no valor de R\$ 8.300 mil, e todos os recebíveis oriundos do fornecimento de energia elétrica no limite máximo do valor do contrato, a partir da data do contrato até a sua liquidação.

18. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Suprimento de Energia Elétrica		
Celesc Distribuidora S.A.	6.488,69	4.699,80
	<u>6.488,69</u>	<u>4.699,80</u>
Material e Serviço		
Material e Serviço	547,41	856,55
	<u>547,41</u>	<u>856,55</u>
	<u><u>7.036,10</u></u>	<u><u>5.556,35</u></u>

19. Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Folha de Pagamento		
Folha de Pagamento Líquida	226,79	228,47
Tributos e Contribuições Sociais Retidos	87,09	95,81
Consignação a Favor de Terceiros	24,99	35,94
	<u>338,87</u>	<u>360,22</u>
Provisões Trabalhistas		
Férias	587,27	631,36
	<u>587,27</u>	<u>631,36</u>
	<u><u>926,14</u></u>	<u><u>991,58</u></u>

As obrigações estimadas estão representadas pela Provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

20. Encargos do Consumidor a Recolher

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	288,50	322,14
Taxa de Fiscalização - TFSEE	8,85	6,90
Bandeira Tarifárias	862,56	145,69
	<u>1.159,91</u>	<u>474,73</u>

21. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	FNDCT	MME	P&D	PEE	Total
Em 2015	12,21	6,10	258,70	863,09	1.140,10
Constituições	49,86	24,83	27,59	68,96	171,24
Juros Selic	-	-	19,87	71,06	90,93
Realização	-	-	(3,90)	-	(3,90)
Recolhimentos	(62,07)	(30,93)	-	-	(93,00)
Em 2016	-	-	302,26	1.003,11	1.305,37
Constituições	-	-	-	-	-
Juros Selic	-	-	13,33	59,55	72,88
Realização	-	-	(172,52)	(404,95)	(577,47)
Recolhimentos	-	-	-	-	-
Em 2017	-	-	143,07	657,71	800,78

22. Provisão para Contingências

	2017			2016		
	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada	Depósito Judicial	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada	Depósito Judicial
Provisões para Contingência -						
Longo Prazo						
Trabalhistas	35,00	35,00	-	-	-	-
Cíveis e Terceiros	451,80	927,20	Sem dep.	70,00	475,40	Sem dep.
Fiscais/Tributárias	1.889,63	4.230,80	Sem dep.	-	2.341,17	Sem dep.
	2.376,43	5.193,00		70,00	2.816,57	

23. Outras Contas a Pagar

	2017	2016
Passivo Circulante		
Outras Contas a Pagar		
Consumidores	1.195,34	1.487,62
Outros	970,86	935,33
	2.166,20	2.422,95
Outros Passivo Não Circulante		
Outros Credores - Associados	536,16	536,16
	536,16	536,16

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital Social

24.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 2.667,12 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 estava representado por 2.646,94 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

24.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas-partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 22.587 associados em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 eram 21.772 associados.

24.2. Natureza e Finalidade das Reservas

24.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

24.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

24.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituída estatutariamente por 50% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

24.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	2017	2016
Resultado do Exercício	2.158,86	1.848,40
Destinações		
RATES	278,47	523,64
Reserva Legal	197,94	139,45
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	989,68	697,24
	1.466,09	1.360,33
Realização de Reservas		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
RATES	411,73	360,70
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	418,36	329,23
	830,09	689,93
Sobras a Disposição da AGO	1.522,86	1.178,00

25. Ingresso/Receita Operacional

	2017	2016
a) Fornecimento/Suprimento de Energia Elétrica		
Residencial	6.089,65	5.443,10
Industrial	6.687,95	6.469,48
Comercial, Serviços e Outras Atividades	6.025,56	3.126,23
Rural	3.899,02	3.094,46
Poder Público	326,35	278,58
Iluminação Pública	662,52	485,33
Serviço Público	173,96	157,03
Renda Não Faturada	224,71	(28,01)
	24.089,72	19.026,20
b) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		
Residencial	10.307,20	9.941,48
Industrial	11.417,76	11.199,49
Comercial, Serviços e Outras Atividades	6.084,56	5.551,45
Rural	6.301,85	5.742,33
Poder Público	572,05	530,32
Iluminação Pública	1.026,56	929,54
Serviço Público	234,67	229,71
	35.944,65	34.124,32
c) Receita de Construção	3.459,27	9.726,95
d) Outras Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	222,08	205,98
Doenças, Contribuições e Subvenções (¹)	6.699,55	5.871,83
Serviço Cobráveis	96,93	74,41
Outras Receitas	51,71	58,77
Efeitos da Revisão/Reajuste	-	-
	7.070,27	6.210,99
	70.563,91	69.088,46

(I) Doações, Contribuições e Subvenções

Subsídio - Água/Esgoto	49,23	46,60
Subsídio - Rural	3.492,18	3.153,48
Subsídio - Irrigante/Aquicultura	242,68	156,13
Subsídio - Distribuição	1.698,21	2.357,07
Subsídio - Geração Fonte Incentivada	59,28	85,67
Outras Doações	1.157,97	72,88
	6.699,55	5.871,83

26. Deduções da Receita/Ingresso

	2017	2016
Tributos Sobre a Receita		
ICMS	12.499,93	11.672,71
ISS	0,06	-
	12.499,99	11.672,71
Encargos Setoriais		
Bandeiras Tarifárias	2.574,01	1.227,10
CDE	3.798,38	6.028,37
P&D e PEE	-	226,43
Outros	88,64	76,83
	6.461,03	7.558,73
	18.961,02	19.231,44

27. Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	ICMS	Encargos do Consumidor	ISS	Receita Líquida
Em 2017					
Fornecimento de Energia Elétrica	24.089,72	(5.015,79)	(2.592,59)	-	16.481,34
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	35.944,65	(7.484,14)	(3.868,44)	-	24.592,07
Receita de Construção	3.459,27	-	-	-	3.459,27
Outras Receitas Operacionais	7.070,27	-	-	(0,06)	7.070,21
	70.563,91	(12.499,93)	(6.461,03)	(0,06)	51.602,89
Em 2016					
Fornecimento de Energia Elétrica	19.026,20	(4.178,46)	(2.705,79)	-	12.141,95
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	34.124,32	(7.494,25)	(4.852,94)	-	21.777,13
Receita de Construção	9.726,95	-	-	-	9.726,95
Outras Receitas Operacionais	6.210,99	-	-	-	6.210,99
	69.088,46	(11.672,71)	(7.558,73)	-	49.857,02

28. Dispêndios/Custos e Despesas

	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativa	Outras rec.(desp.) líquidas	Total
Em 2017 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(25.188,91)				(25.188,91)
Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Prolífa	(1.006,30)				(1.006,30)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(3.519,20)				(3.519,20)
Pessoal e Administradores	(5.101,02)		(1.761,41)		(6.862,43)
Material	(1.104,02)		(155,95)		(1.259,97)
Serviços de Terceiros	(886,88)		(623,42)		(1.510,30)
Depreciação e Amortização	(1.463,61)		(130,47)		(1.594,08)
Custo de Construção	(3.459,27)		-		(3.459,27)
Outros Custos e Despesas	(2.798,39)	(25,46)	(346,98)	(1.149,92)	(4.320,75)
	(44.527,60)	(25,46)	(3.018,23)	(1.149,92)	(48.721,21)
Em 2016 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(19.837,05)				(19.837,05)
Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Prolífa	(834,33)				(834,33)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(2.800,22)				(2.800,22)
Pessoal e Administradores	(5.356,45)		(1.682,88)		(7.039,33)
Material	(2.170,44)		(248,71)		(2.419,15)
Serviços de Terceiros	(1.053,10)		(709,30)		(1.762,40)
Depreciação e Amortização	(1.279,77)		(113,30)		(1.393,07)
Custo de Construção	(9.726,95)		-		(9.726,95)
Outros Custos e Despesas	(84,75)	(76,69)	(209,05)	(1.298,29)	(1.668,78)
	(43.143,06)	(76,69)	(2.963,24)	(1.298,29)	(47.481,28)

28.1. Custo de Construção – Corresponde aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, deve ser registrada como custo. Em contrapartida registra a receita correspondente, decorrente do direito de receber, via tarifa, o valor investido.

29. Detalhamento do Resultado Financeiro

	2017	2016
Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	24,73	416,33
Acréscimos Moratórios S/Fatura de Energia	485,90	529,22
Outras Receitas Financeiras	43,23	109,76
	553,86	1.055,31
(-) Despesas Financeiras		
Juros e Multas	1.088,61	1.027,28
IOF	8,61	4,24
Outras Despesas Financeiras	118,30	353,33
	1.215,52	1.384,85
	(661,66)	(329,54)

30. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

30.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

30.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina.

30.3. Principais Clientes - As receitas provenientes de um cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2017 chegaram a perfazer um montante de R\$ 909,68 mil, representando cerca de 1,29 % do total das receitas da cooperativa.

31. Partes Relacionadas

A administração da cooperativa entende que os relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em sua área de atuação não se caracterizam pelo interesse econômico, devido à ausência de controle através do capital social nas sociedades cooperativas.

O interesse do associado em relação à cooperativa restringe-se a obtenção do serviço e não a remuneração do investimento (capital), influência nas deliberações ou controle econômico, motivo pelo qual os relacionamentos com fornecedores de bens e serviços à cooperativa, por associados, são considerados como partes não relacionadas.

	2017			2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoal chave da administração						
Presidência e Conselhos	-	27,01	496,87	-	18,82	459,35
Encargos Sociais	-	11,72	126,20	-	11,84	116,77
Outros	-	-	17,36	-	-	11,35
	-	38,73	640,43	-	30,66	587,47

32. Demonstração de Resultado para Efeito de Cálculo do IRPJ e CSLL

Demonstração de Resultado por Ato Cooperativo e Não Cooperativo – 2017

Contas	Operações com		Tributação Diferida	Total
	Associados	Terceiros		
1 - Receita Operacional Bruta	66.830,86	273,79	3.459,27	70.563,92
2 - Deduções da Receita Bruta	18.960,96	0,06	-	18.961,02
2.1 - Impostos e Contrib. Sobre a Receita	12.499,93	0,06	-	12.499,99
2.2 - Encargos Setoriais	6.461,03	-	-	6.461,03
3 - Receita Operacional Líquida (1-2)	47.869,90	273,73	3.459,27	51.602,90
4 - Custo do Serviço de Energia Elétrica	38.690,13	36,77	3.459,27	42.186,17
5 - (=) Resultado Operacional Bruto (3-4)	9.179,77	236,96	-	9.416,73
6 - Despesas Operacionais	7.200,41	(3,70)	-	7.196,71
Despesas Gerais e Administrativas	6.518,97	16,08	-	6.535,05
Despesas Menos Receitas Financeiras	681,44	(19,78)	-	661,66
7 - Result. Liq. Exerc. Antes Tributação (5-6)	1.979,36	240,66	-	2.220,02
8 - Tributos Incidentes Sobre o Resultado	-	61,16	-	61,16
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	38,62	-	38,62
Contribuição Social S/Lucro Líquido - CSLL	-	22,54	-	22,54
9- Resultado Líquido do Exercício 2017 (7-8)	<u>1.979,36</u>	<u>179,50</u>	<u>-</u>	<u>2.158,86</u>
Resultado Líquido do Exercício em 2016	<u>1.394,48</u>	<u>453,92</u>	<u>-</u>	<u>1.848,40</u>

33. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo a frota de veículos, máquinas, equipamentos e edificações da CERBRANORTE, conforme descrito a seguir:

Descrição do Bem	Vigência	Importância	Prêmio Total
Veículos			
Caminhões	26/05/2018	700,00	13,32
Utilitários e Automóveis	26/05/2018	1.700,00	13,54
		<u>2.400,00</u>	<u>26,86</u>
Máquinas e Equipamentos			
Subestação	26/08/2018	14.000,00	36,80
Religadores e Reguladores	28/07/2018	1.120,00	24,64
		<u>15.120,00</u>	<u>61,44</u>
Edificações			
Prédio Sede/Filial/Almoxarifados/Garagens	26/08/2018	3.150,00	8,28
		<u>3.150,00</u>	<u>8,28</u>
		<u>20.670,00</u>	<u>96,58</u>

34. Contingências

34.1. Contingências Fiscais

34.1.1. INSS - Em 2008 a CERBRANORTE foi autuada pela Receita Federal do Brasil mediante auto de infração DEBCAD: 37.106.800-2 e DBCAD: 37.106.801-0, no valor de R\$ 364 mil. A autuação refere-se ao não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre a prestação de serviços na área da saúde em contratos firmados com a Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel Ltda. - Unimed de Tubarão.

A CERBRANORTE interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis – SC, em 28 de novembro de 2008, requerendo nulidade total do ato fiscal. A administração da cooperativa entende que o imposto não é devido, não tendo sido julgado até o encerramento do exercício.

A CERBRANORTE efetuou a provisão no valor das multas, reconhecendo integralmente seu valor no resultado do exercício.

Não foram atualizadas monetariamente por decisão do conselho de administração.

34.1.2. PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal - A Legislação Tributária Federal, notadamente com redação dada pela Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, e Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, com suas respectivas alterações subsequentes e vigentes, regulamentadas pelas Instruções Normativas - IN, da Secretaria da Receita Federal - SRF, nº 145, de 9 de dezembro de 1999, nº 247, de 21 de novembro de 2002, e nº 358, de 9 de setembro de 2003, estabelece que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento, a partir de 1º de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia, às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores ocorridos a partir de novembro de 1999.

Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF nº 635 dispondo sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei nº 10.684/2003, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, realizada pela Secretaria de Receita Federal, resultou a lavratura de auto de infração, protocolado em 9 de outubro de 2006, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de dezembro de 2000 a outubro de 2005. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 13 de novembro de 2006 a CERBRANORTE interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. A CERBRANORTE destacou ainda em sua defesa a ausência dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado e a integralidade das sobras, entre as exclusões da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal.

Diante do caráter inovador e dos aspectos formais do auto de infração, a CERBRANORTE reconheceu como possível sua materialização.

Em julgamento proferido em novembro de 2014 o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade em favor da incidência do PIS/COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, decisão que poderá influenciar o entendimento da administração sobre a incidência dos tributos sobre as receitas da cooperativa.

A administração aguardará manifestação da Receita Federal do Brasil em relação aos valores notificados, caso a referida decisão influencie a cobrança para rever os procedimentos de mensuração da contingência.

Em 2015 observou-se que as cooperativas do mesmo ramo de atividade no estado de Santa Catarina foram novamente notificadas acerca da sua defesa que tramitava na esfera administrativa, sendo-lhes exigido o pagamento imediato dos valores notificados.

De acordo com a assessoria jurídica da CERBRANORTE, o principal argumento de defesa encontra-se superado em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal quanto a incidência do tributo sobre as receitas das cooperativas, porém, no que se refere a base material da notificação, no decorrer de 2017, a Cooperativa obteve êxito parcial no que se refere a base de cálculo dos tributos, no entanto, o fisco recorreu da decisão que beneficiou a CERBRANORTE.

Considerando-se, portanto, que no mérito a Cooperativa não logrou êxito e que a parte que lhes foi favorável ainda está sendo questionada pelo Fisco, a administração da CERBRANORTE, de forma conservadora, optou pelo reconhecimento integral da obrigação mediante provisão.

34.2. Contingências Cíveis – A CERBRANORTE mantém provisão de R\$ 927,20 mil referente a ações judiciais, sendo R\$ 451,80 mil reconhecidos em 2017.

35. Outras Informações

35.1 Subvenção CDE – Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, para compensar os descontos aplicados nas tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605 de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 3.330,37 e de R\$ 1.232,90 em 31 de dezembro de 2016.

35.2. Reajuste Tarifário

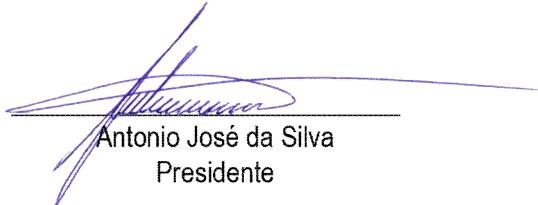
Em outubro de 2017 a CERBRANORTE passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual - RTA, cujo resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.331 de 31 de outubro de 2017. As tarifas da CERBRANORTE, em relação ao reajuste tarifário constante da Resolução Homologatória nº 2.147, de 27 de setembro de 2016, ficaram em média reajustadas em 14,33%, sendo 13,01% pela variação econômica e -6,00% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

35.3. Avais – Não existem avais concedidos em nome da CERBRANORTE em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

35.4. Balanço Social – As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e, portanto, não foram auditadas.

35.5. ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão – A CERBRANORTE elaborou as presentes demonstrações contábeis em consonância com o que determina a legislação societária. Para fins de melhor apuração do resultado da atividade regulada e em atendimento a Resolução ANEEL n.º 396/2010, elaboramos também as Demonstrações Contábeis Regulatórias as quais serão objeto de publicação específica e encaminhada à ANEEL juntamente com a Prestação Anual de Contas do exercício.

Braço do Norte (SC), 31 de dezembro de 2017.



Antonio José da Silva
Presidente



Jairo Dircksen
Contador
CRC/SC-027913/0-4

3 – PARECER DO CONSELHO FISCAL PARA AS DEMONSTRAÇÕES SOCIETÁRIAS

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE - CERBRANORTE
CNPJ: 86.433.042/0001-31
NIRE: 42.4.000032-1

ATA Nº 03-2018 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE, aos 05 (cinco) dias do mês de março do ano de 2018 (dois mil e dezoito). Reuniram-se na sede da Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte, sítio a Rua Jorge Lacerda, 1761 nesta cidade com inicio às 16:00min, com o coordenador Sr. Charles Teodoro Bianchini cumprimentando os presentes e os convidou a iniciar os trabalhos de conclusão fiscalização para emissão do Parecer das demonstrações financeiras. Examinaram e apreciaram o seguinte: Balanço Patrimonial, demonstrativos sobras e perdas, relatórios estatísticos e demais contas relacionadas com o exercício 2017, compreendendo entre 1º(primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro do referido ano bem como relatório anual do conselho de administração. Realizado exames detalhados das peças contábeis e demonstrativos resolvem emitir o seguinte parecer: “Em cumprimento ás determinações estatutárias” e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que após exame dos documentos contábeis, conciliação bancária caixa e demais informações, como balanço patrimonial, contas de sobras e perdas, contabilidade e ainda baseado nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data nas quais tomamos conhecimento dos atos praticados. Em vista da realização da assembléia geral ordinária, emitimos parecer favorável no sentido de que as informações e demonstrativos sejam aprovados pelos associados. Também verificamos o edital de convocação da assembléia geral marcada para o dia 17 (dezessete) de março do corrente ano que está sendo divulgada dentro do prazo previsto pelo estatuto social, Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, Esta ata após lida se aprovada é assinada por mim secretário pelo coordenador e membro. Esta ata é produzida por meio eletrônico conforme determinada no estatuto social.

Braço do Norte, 05 de março do 2018.

Charles Teodoro Bianchini

Coordenador

Gustavo Schlickmann

Secretario

Maycon Dias Madeira

Membro Efetivo

Eduardo Willemann

Membro Suplente

Carlos Alberto Rodrigues

Membro Suplente

Antonio Roberto Roecker

Membro Suplente

4 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte
Braço do Norte - SC

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis:

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – Cerbranorte**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 22 e nº 34, em 9 de outubro de 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração contra a Cooperativa, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da contribuição para o PIS e COFINS sobre o faturamento do período de dezembro de 2000 a outubro de 2005. Tendo em vista que em novembro de 2014, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, em favor da incidência do PIS e COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais e, embora no exercício de 2017 a Cooperativa tenha obtido êxito parcial no que se refere a base de cálculo dos tributos, a Administração, de forma conservadora, optou por reconhecer contabilmente, de forma integral os valores apresentados em referido auto de infração, no montante de R\$ 3.866 mil, a título de provisão para contingências fiscais/tributárias.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 26 de janeiro de 2018

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2



Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2

5 - RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – REGULATÓRIO

5.1 INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Associados,

Determinações legais e estatutárias orientam a submeter à apreciação o relatório das atividades do exercício de 2017.

Este deve vir acompanhado das demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, comparadas ao período de 2016, acompanhadas de parecer do conselho fiscal e auditores independentes, acrescida do balanço social.

A Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA são importantes instrumentos para divulgar o desempenho da Cerbranorte para a sociedade, associados e consumidores.

O demonstrativo das sobras apuradas no exercício, acompanhadas de proposta de destinação pelo conselho de administração, comporá finalmente, os demonstrativos para publicação e para deliberação da assembleia geral ordinária responsável pela aprovação das informações contábeis do exercício de 2017.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais da contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A cada dia que passa surgem novos desafios, que consequentemente nos obrigam a ter novos propósitos, novas ideias. Com a assinatura do Contrato de Permissão (novembro/2008) e o consequente ingresso da CERBRANORTE no Mercado Regulado, passamos a trabalhar em um sistema, por nós até então desconhecido, repleto de procedimentos e obrigações. Exigências estas oriundas das Resoluções Normativas, Contratos, Leis, Decretos aos quais tivemos que nos adequar, aperfeiçoando nossa prestação de contas, atendimento ao público, qualificação profissional e demais serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, sempre visando à agilidade, a qualidade, a satisfação, o respeito e a transparência aos nossos associados.

Dante de tantas mudanças, ao findar 2017, lembramos que nossa trajetória começou com a iniciativa de dois homens, os Srs. **Theodoro Bernardo Schlickmann e Augusto Withenrich** e o surgimento da sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte. O crescimento veio e novos pedidos de fornecimento passaram a ocorrer naturalmente, beneficiando outras propriedades e famílias localizadas em Braço do Norte. Aos 42 sócios iniciais da cooperativa, foram surgindo, dia-a-dia, novas adesões. Passamos a acompanhar e incentivar esse desenvolvimento, projetando investimentos para suprir essas necessidades, como a subestação de 138kV, concluída em 2014.

Hoje, temos certeza que nossa missão apenas está começando, uma vez que nossa visão não pode ser menor do que tudo que já ocorreu, pois os valores agregados ao longo dos anos nos credenciam a novas oportunidades. A energia elétrica que distribuímos deixou de ser simplesmente uma fonte de iluminação para o homem do campo e da cidade e passou a ser oportunidade, desenvolvimento e rentabilidade.

A reforma da sede administrativa da Cerbranorte, iniciada em 2016, foi concluída em 2017 trazendo mais conforto aos associados, ampliando o número de guichês de atendimento comercial e organizando o espaço administrativo para os funcionários. A melhoria na rede que atende o município de Rio Fortuna, planejada para ser concluída em 2017, teve o cronograma prorrogado em função da necessidade de ajuste de caixa, provocada pela retração do mercado da Cerbranorte. Esperamos concluir esta importante obra em 2018, pois a mesma possibilitará desvincular a rede que atende a Cooperativa de Energia de Anitápolis – Ceral, atual suprida da Cerbranorte, trazendo maior autonomia de manobras e qualidade de fornecimento aos moradores de Rio Fortuna.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todos ligados à CERBRANORTE, senhores associados, colaboradores, órgãos públicos, fornecedores, empresas terceirizadas e consumidores, pelo apoio, pela confiança, pela dedicação, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso, tornando essa Cooperativa uma família ainda mais unida, forte e participativa.

Finalizo, agradecendo a DEUS, que sempre nos direciona ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

5.2 CENÁRIO

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte continua sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, utilizando conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses quase 55 anos de existência, para melhorar a qualidade no atendimento aos usuários conectados ao nosso sistema de distribuição.

Em 28 de novembro de 2008 a Cerbranorte assinou o contrato com a ANEEL, de nº 025/2008, onde adquiriu o status de permissionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A área de permissão está situada nos Municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima com um total de 521,96 Km².

O planejamento de ampliação e recuperação do sistema elétrico continua sendo predominante na permissionária. Em 2014, o aumento da produção das indústrias instaladas em nossa área de atuação motivou a concentração dos esforços na construção da subestação de 138kV, em terreno já adquirido anteriormente para esse fim, objetivando melhorar a qualidade e garantir o fornecimento aos associados e consumidores. Durante o ano de 2017, o setor industrial de Braço do Norte teve dificuldades de atravessar o período turbulento da economia nacional, refletindo no consumo de energia e na inadimplência.

Os poucos recursos disponíveis e a necessidade de grandes investimentos na distribuição de energia têm limitado a participação da Cerbranorte em eventos, atividades e projetos sociais. Entretanto, o caráter cooperativista, motiva o envolvimento nas principais atividades desenvolvidas nos municípios de sua área de permissão, como demonstrado no balanço social. Em 2016 a Cerbranorte aderiu ao PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas, coordenado pelo SESCOOP -Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, como forma de aprimorar a gestão e buscar meios de contribuir com o desenvolvimento de seus cooperados, apesar da forte regulação do setor elétrico. O Índice SESCOOP de Sustentabilidade Cooperativista (ISSC) avaliado dentro do PDGC, subiu de 68,87% em 2016 para 88,89% em 2017, demonstrando o comprometimento da Cerbranorte com o desenvolvimento sustentável dos seus cooperados, sempre atendendo aos critérios regulamentares e cooperativista.

A administração constantemente melhora as condições de fornecimento e atendimento social e igualitário aos associados e consumidores, de forma a promover o desenvolvimento econômico às diversas classes de consumo.

Em abril de 2016, a CERBRANORTE ampliou a aplicação da NBR ISO 9001:2008 para toda a empresa. O escopo da certificação agora refere-se à distribuição de energia elétrica, apuração dos padrões de atendimento comercial e dos indicadores de continuidade individuais e coletivos e o tratamento às reclamações dos consumidores. O processo foi conduzido pela Brtüv Avaliações da Qualidade S/A.

A baixa rotativa de funcionários é fruto da política de valorização do colaborador, qualificação constante e oferecimento de benefícios que motivam a permanência na empresa, além de contribuir para a satisfação no ambiente de trabalho. Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria contínua, através da distribuição de energia com qualidade e continuidade, para atender os requisitos regulamentares do cliente e expectativas dos associados, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

5.3 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CERBRANORTE distribui energia elétrica a 16.395 consumidores, de 6 municípios dos 295 de Santa Catarina, com predominância nos municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna. A Cerbranorte também é supridora da CERAL – Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

5.3.1 Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano, 922 novas ligações com destaque para 600 residenciais, 125 comerciais, 41 rurais e 143 industriais, totalizando 16.395 consumidores atendidos pela CERBRANORTE, número 1,87% superior ao de 2016.

Número de Consumidores

Consumidores	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	9.659	9.947	10.460	10.650	10.844
Comercial	1.456	1.499	1.532	1.560	1.599
Industrial	751	773	612	670	699
Rural	2.948	2.997	3.039	3.047	3.082
Poderes Públicos	132	144	144	146	146
Iluminação Pública	2	2	2	2	3
Serviço Público	8	8	8	10	13
Outros	-	-	-	8	9
Total	14.956	15.370	15.797	16.093	16.395
Variação	3,91%	2,77%	2,78%	1,87%	1,87%

5.3.2 Comportamento do mercado

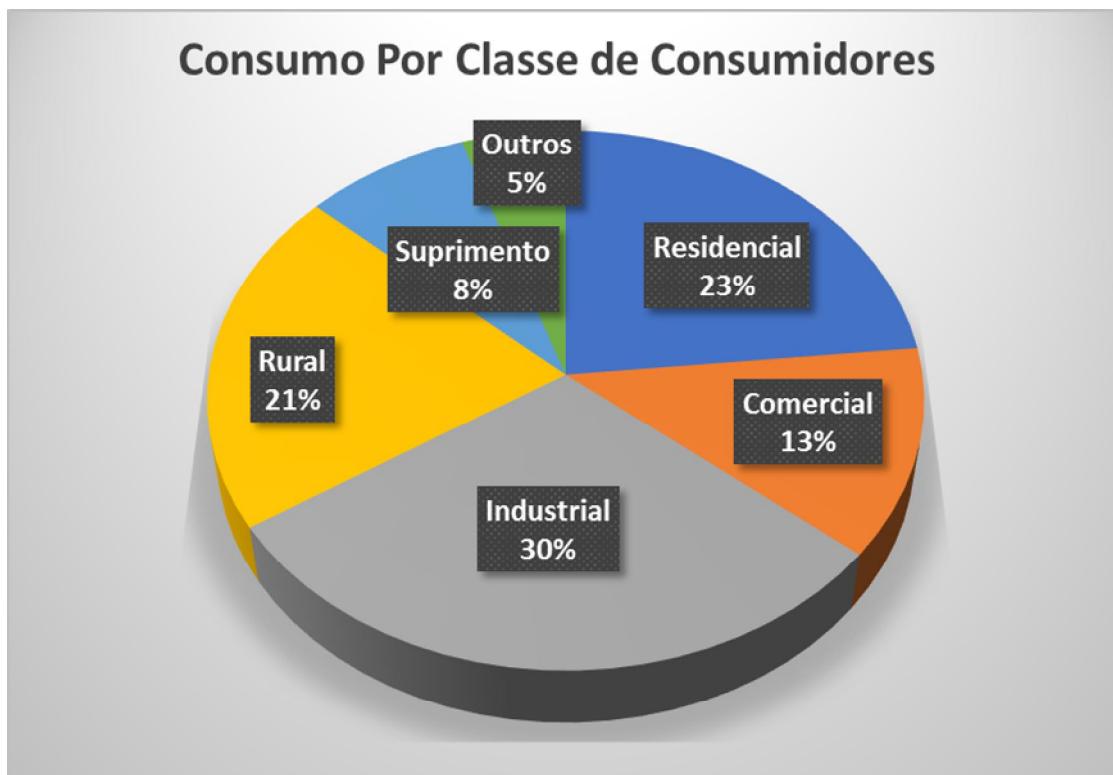
O consumo de energia elétrica em nossa área de permissão no ano 2017 foi de 122,05 Giga watts-hora, apresentando aumento de 5,70% em relação a 2016. A classe iluminação pública foi o segmento do mercado de distribuição da Cerbranorte com maior aumento no consumo, chegando a 10,13% superior em relação a 2016. A classe residencial apresentou o menor crescimento ficando apenas em 1,63%. Adicionado ao consumo da área de permissão da Cerbranorte temos o suprimento à Ceral – Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis, totalizando um mercado de 132,91GWh

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo por classe no período:

Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Energia Faturada					
Fornecimento	102,50	112,27	115,61	115,46	122,05
Residencial	26,37	28,53	28,44	30,38	30,87
Comercial	14,35	15,37	15,61	15,79	16,53
Industrial	31,84	36,84	39,97	37,01	39,48
Rural	23,28	24,52	24,65	25,12	27,43
Poderes Públicos	1,29	1,49	1,46	1,58	1,64
Iluminação Pública	4,50	4,56	4,60	4,58	5,04
Serviço Público	0,87	0,96	0,88	0,89	0,93
Outros	-	-	-	0,11	0,12
Suprimento p/ agentes de distribuição	8,67	9,55	9,99	11,04	10,83
Uso da Rede de Distribuição					0,04
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	0,04
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	111,17	121,82	125,60	126,50	132,91
Variação	5,04%	9,58%	3,11%	0,72%	5,07%

Consumo por Classe de Consumidores



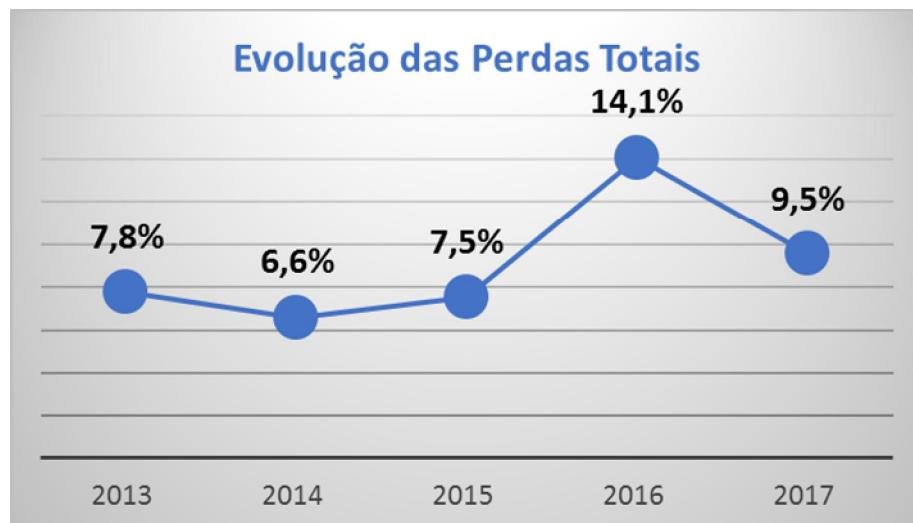
As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou um percentual de 9,5% em 2017.

A CERBRANORTE não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e participação do Programa Governamental PROINFA.

Balanço Energético

Energia Requerida - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de Energia	111,17	121,82	125,60	126,50	132,87
- Fornecimento	102,50	112,27	115,61	115,46	122,05
- Suprimento p/ agentes de distribuição	8,67	9,55	9,99	11,04	10,83
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	0,04
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	111,17	121,82	125,60	126,50	132,91
Pernas na Distribuição	9,34	8,58	10,21	20,70	14,00
PNT / Energia Requerida %	1,6%	1,3%	1,5%	2,8%	1,9%
Perdas Totais - PT	9,34	8,58	10,21	20,70	14,00
PT / Energia Requerida %	7,8%	6,6%	7,5%	14,1%	9,5%
Total	120,51	130,40	135,81	147,20	146,87

Evolução das Perdas Totais

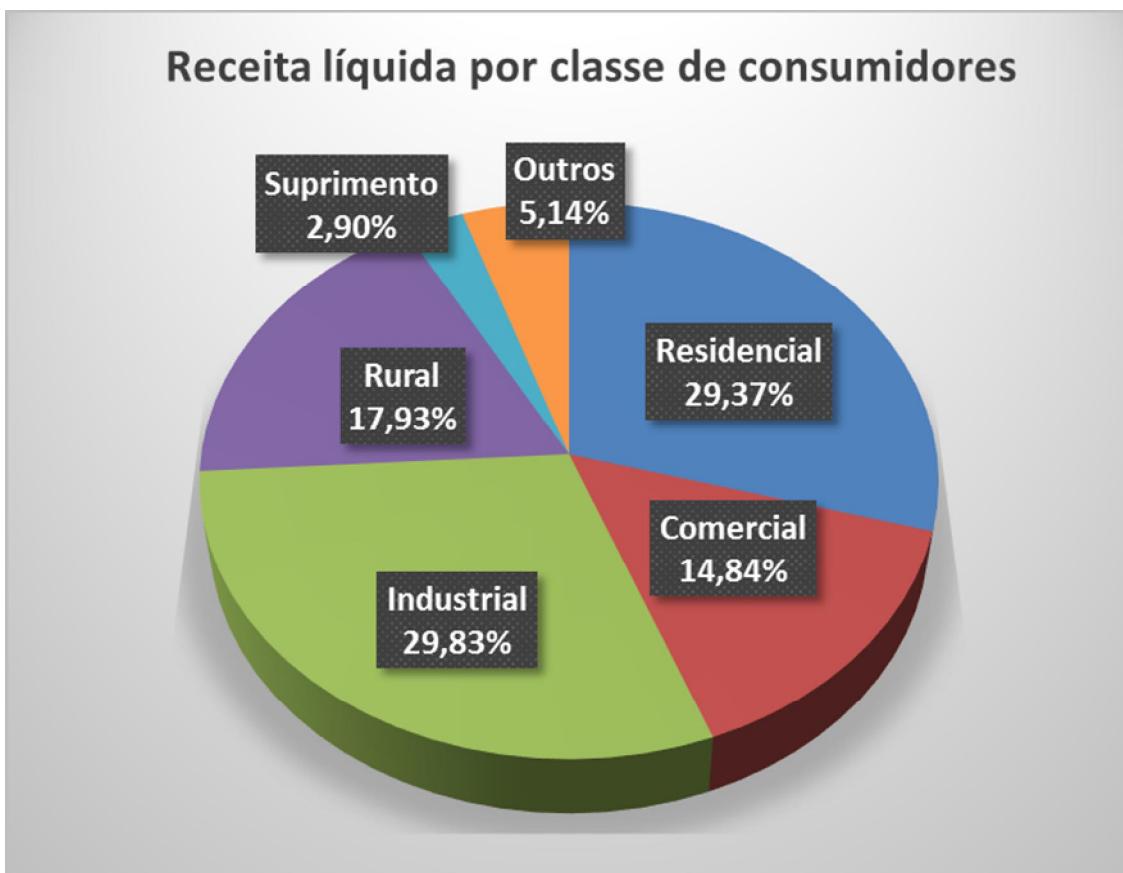


5.3.3 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 45.554 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil					
Classe		2017		2016	Var %
Residencial	29%	13.377,30	30%	12.545,72	6,63%
Comercial	15%	6.759,80	15%	6.290,19	7,47%
Industrial	30%	13.587,38	32%	13.251,76	2,53%
Rural	18%	8.169,81	17%	7.105,94	14,97%
Suprimento	3%	1.320,82	1%	579,72	127,84%
Outros	5%	2.339,77	5%	2.032,59	15,11%
Total	100,00	45.554,88	100,00	41.805,92	8,97%

Receita Líquida por Classe de Consumidores



5.3.4 Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2017 apresentou um crescimento de 1,87% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe		2017		2016	Var %
Residencial	66%	10.844	66%	10.650	1,82%
Comercial	10%	1.599	10%	1.560	2,50%
Industrial	4%	699	4%	670	4,33%
Rural	19%	3.082	19%	3.047	1,15%
Outros	1%	171	1%	166	3,01%
Total		16.395		16.093	1,87%

5.3.5 Tarifas

A tarifa de energia elétrica é o preço definido e homologado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela distribuidora.

Para definição das tarifas a ANEEL utiliza metodologias de regulação por incentivo e preço limite (*price cap*). Nesse regime regulatório, o órgão regulador estabelece o preço a ser praticado para cada área de concessão ou permissão, conforme as características específicas de cada distribuidora.

Em 18 de julho de 2016 a CERBRANORTE assinou o terceiro termo aditivo ao contrato de permissão, o que permitiu que a CERBRANORTE pleiteasse para a 2ª Revisão Tarifária a receita requerida para sustentação dos custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B), conforme estabelecido no submódulo 8.4 do Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016.

A Resolução Homologatória nº 2331 de 31 de outubro de 2017 aprovou o reajuste anual da Cerbranorte, com um efeito médio para o consumidor de 14,33%.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, considerando os impostos incidentes, em dezembro de 2017, atingiu R\$ 436,91/MWh, com uma redução de 2,27% com relação a dezembro de 2016.

Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h		
Classe	Exercício	
	2017	2016
Residencial	530,97	506,37
Comercial	458,59	531,04
Industrial	545,00	477,46
Rural	371,83	351,78
Poderes Públicos	547,80	530,91
Iluminação Pública	334,87	308,83
Serviços Públicos	440,81	433,41
Média Geral	436,91	446,83

5.3.6 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2013	9,07	12,45	0,16
2014	6,31	9,60	0,19
2015	8,34	8,32	0,17
2016	8,74	8,40	0,18
2017	6,29	7,59	0,18

5.3.7 Atendimento ao consumidor

Durante o ano de 2017 a Cerbranorte atendeu a 23606 solicitações de serviço dos consumidores. Um total de 917 ligações de energia foram feitas, de forma rápida e eficiente, comprovando o respeito e a agilidade que a Cerbranorte tem no atendimento aos seus cooperados.

Inúmeros pedidos de melhorias e ampliação no sistema de distribuição foram atendidos, aumentando a capacidade instalada para 92.640 kVA. Equipamentos foram e estão sendo adquiridos para uso pelos técnicos de campo de forma *RealTime*, visando racionalizar as atividades relacionadas à operação do sistema de distribuição, através da diminuição do tempo de atendimento e dos custos de deslocamento envolvidos.

A primeira etapa da reforma e ampliação da sede administrativa, iniciada no primeiro trimestre de 2016, foi finalizada em 2017. Esta obra traz maior conforto ao consumidor que vem até a Cerbranorte, além de melhores condições de trabalho para a equipe administrativa. Uma segunda etapa da obra está prevista para o ano de 2018.

Os 02 postos de atendimento da Cerbranorte, ambos localizados na área central das cidades atendidas, funcionam de segunda a sexta-feira, 8h diárias, proporcionando fácil acesso ao consumidor para solicitar serviços e esclarecer dúvidas. Para facilitar a comunicação em qualquer hora e local, estão disponíveis para os consumidores, de forma gratuita, a comunicação via SMS e 0800.

Em dezembro de 2016, visando modernizar o atendimento ao consumidor, foi disponibilizado o app Cerbranorte Virtual, disponível para download de forma gratuita na AppleStore e PlayStore. As mesmas funcionalidades do app foram incluídas no site da Cerbranorte, ampliando os serviços oferecidos nas mídias virtuais. Em 2017, com a introdução desses aplicativos, o número de atendimentos com origem na internet, subiu de 361 em 2016 para 19.773 em 2017, um aumento considerável de 5477%. Redes sociais como Facebook e WhatsApp, além do site, fornecem aos consumidores notícias sobre o dia a dia da Cerbranorte, facilitam a comunicação e trazem transparência para o consumidor.

5.3.8 Tecnologia da informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, que dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura). O processo de modernização dos equipamentos de TI é constante na CERBRANORTE. Pode-se afirmar que a Cerbranorte dispõe de um serviço que garante a

segurança de dados e manutenção ininterrupta do serviço, incluindo sistema de backup compatível com as melhores técnicas de segurança.

Nossa equipe de manutenção de rede conta com equipamentos modernos, como sensores infravermelhos para identificar danos nas redes elétricas, fazendo assim uma manutenção preventiva. Nossos relígadores são automatizados, e conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrados remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

Para o consumidor ligado em Alta Tensão, existe ainda a opção de acompanhamento diário de seus dados de consumo através da Tele medição. Este recurso possibilita ao consumidor o acompanhamento em tempo real de dados de leitura, fator de potência, corrente e tensão, permitindo ao técnico da empresa o gerenciamento de perdas e curvas de carga, entre outras funcionalidades.

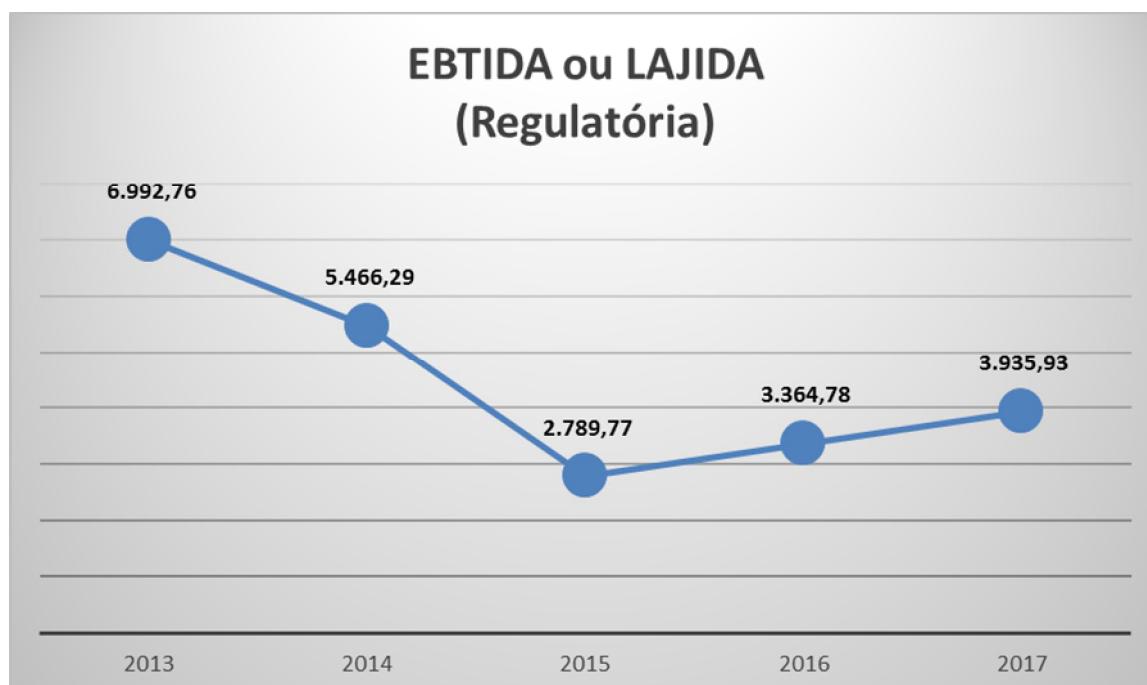
A Empresa continua investindo no aumento de tecnologia, para melhoria da qualidade de energia distribuída. Também está investindo fortemente em sistemas computacionais, servidores e treinamento de pessoal, cumprindo assim com as exigências do órgão Regulador e melhorando a agilidade e qualidade dos serviços prestados, em busca de maior satisfação dos associados.

5.3.9 Desempenho econômico-financeiro

Em 2017, as sobras liquidas à disposição para deliberação da assembleia foram de R\$ 1.158 mil comparado com as R\$ 781 mil de 2016, aumentando em R\$ 377 mil, representando um percentual de 48,21% maiores que no exercício anterior. Tal fato se dá pelos seguintes fatores, a) Aumento da Receita Operacional; b) Diminuição dos encargos setoriais.

Os custos gerenciáveis totalizaram em 2017 R\$ 16.273 mil contra R\$ 15.084 mil em 2016, 7,88% maiores em relação ao exercício anterior. O resultado praticamente se manteve não tendo nenhum indicador isolado que possa comprovar a pequena variação entre os exercícios.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 3.935 Mil, superiores em 16,97% a 2016, que foi de R\$ 3.364 Mil, conforme variação abaixo:



Investimentos: Em 2017, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 3.075 mil, dos quais R\$ 3.011 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição, 64,37% inferiores

em relação a 2016. Para esta mesma rubrica nos próximos cinco anos, a Cooperativa estima um investimento total de R\$ 9.152 mil.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2017				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AIS Bruto¹	16.905	8.220	3.011	1.652	1.943	1.708	1.988	1.861
Transformador de Distribuição	781	1.070	692	491	564	364	525	607
Medidor	222	282	310	237	245	245	231	218
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.756	4.345	826	84	71	521	523	522
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	791	2.260	1.184	840	1.063	578	709	514
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	12.311	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	43	263	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(136)	(670)	(289)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(136)	(163)	(289)	-	-	-	-	-
Outros	-	(506)	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	(506)	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda		(56)	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos		(450)	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Projeção de Investimentos: O quadro a seguir é a apresentação dos valores projetados pela Cooperativa no início de 2017 e enviados à ANEEL em 30 de abril de 2017. No quadro percebemos uma pequena distorção entre o projetado para 2017 no Plano de Investimento de 2016, com o efetivamente realizado em 2017. Essa diferença positiva, ou seja um investimento acima do planejado, é oriunda de obras necessárias para correção de nível de tensão, que não estavam programadas, e que a distribuidora necessitava realizar em 2017 afim de garantir a continuidade, qualidade e confiabilidade do fornecimento elétrico.

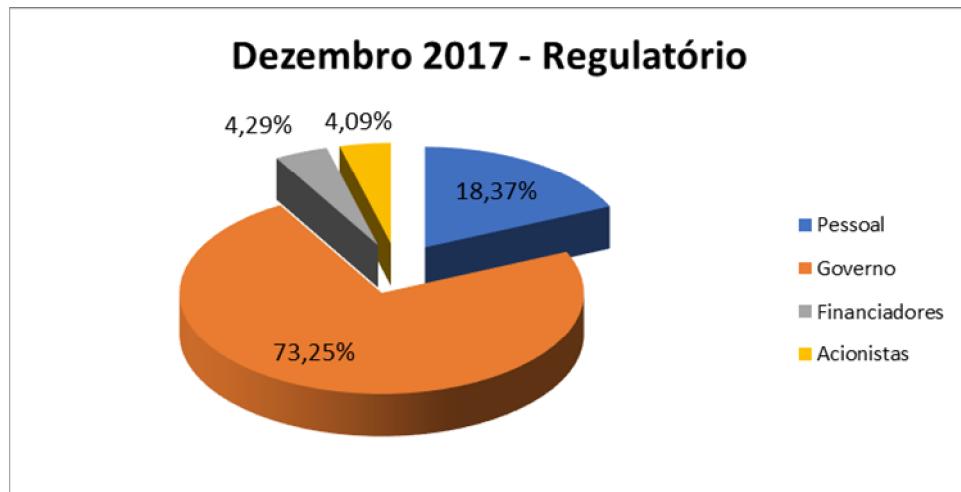
R\$ Mil	2017R	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2017	3.011	1.652	1.943	1.708	1.988	1.861

R\$ Mil	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2016	2.507	1.906	2.082	1.049	1.280	1.666
Diferença	20,1%	-13,3%	-6,7%	62,8%	55,3%	11,7%

Captação de recursos: Os investimentos de 2017 foram realizados com recursos próprios.

5.3.10 Valor adicionado regulatório

Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERBRANORTE foi de R\$ 28.352 mil, representando 42,27% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



5.3.11 Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a CERBRANORTE com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 5% de RATES - Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social e 5% para A Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria. Quanto ao Lucro com Atos não Cooperados, foi devidamente transferido para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, conforme previsto na Lei 5764/71 e na NBC T 10.8.

5.3.12 Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social da CERBRANORTE era de R\$ 2.667 mil, por 2.646 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada.

5.3.13 Atendimento a associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a CERBRANORTE coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações, a qualquer momento, na forma disposta no Estatuto Social. Os números da Cooperativa são apresentados anualmente na Assembleia Geral Ordinária e publicados no site de forma pública.

5.4 GESTÃO

Administração: A administração da CERBRANORTE é gerida pelo Estatuto Social, em conformidade com a Lei 5764/71 que define a Política Nacional de Cooperativismo. A Assembleia Geral de associados é soberana e a ela está submetido todo o Conselho de Administração, a quem compete, dentro dos limites da lei e do Estatuto, atendidas as decisões e/ou recomendações da Assembleia Geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da CERBRANORTE, além de controlar seus resultados.

As atividades do Conselho de Administração e do Presidente, eleito para um mandato de quatro anos, com a possibilidade de uma única reeleição, são fiscalizadas pelo Conselho Fiscal, que se reúne mensalmente, para analisar saldos das contas, serviços e operações realizadas, estoques, manutenção da frota, empregados, entre outros.

Planejamento empresarial: O planejamento empresarial elaborado pela CERBRANORTE vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico. Gerir hoje envolve uma gama abrangente e diversificada de atividades. O gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições adversas e de cenários alternativos.

Atualmente o modelo de gestão das atuais cooperativas de infraestrutura tem funcionamento semelhante ao de uma empresa normal, cuja gestão é centralizada em poucas pessoas (a diretoria). O diferencial fica nas definições estatutárias, que no caso da CERBRANORTE, limita o mandato à quatro anos e restringe as ações da diretoria às decisões das assembleias. Mas o principal aspecto do cooperativismo é a gestão participativa, que valoriza e fortalece o associado e não a estrutura física. Nesta visão é importante ter sócios fortalecidos, com estrutura simples e ágil, a serviço dos associados. Atender as expectativas e necessidades dos associados é o foco da gestão.

Essa concepção proporcionou a criação de um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças, identificar tendências, que, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas a serem submetidas à apreciação da assembleia geral ordinária de 2018.

Gestão pela qualidade total: A CERBRANORTE conquistou o certificado ISO 9001:2008, atendendo as diretrizes da ISO 10.002:2005 para o escopo “Distribuição de energia elétrica, apuração dos padrões de atendimento comercial e dos indicadores de continuidade individuais e coletivos e o tratamento às reclamações de consumidores”, ampliando a aplicação do Sistema de Gestão da Qualidade a toda a empresa. O processo de certificação foi conduzido pela empresa BRTÜV Avaliações da Qualidade S.A., garantindo a qualidade deste processo. O atendimento personalizado, marca do sistema cooperativista, resulta em um número pequeno de reclamações por parte dos consumidores.

Atualmente, todas as operações no sistema elétrico são centralizadas e comandadas pelo COD – Centro de Operação de Distribuição, atendendo procedimentos padronizados, conferindo mais segurança no atendimento de solicitações, controle dos indicadores DEC e FEC, eficiência na prestação do serviço e qualidade no atendimento.

Recursos humanos: Em 2017 a CERBRANORTE investiu R\$ 80 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. De modo a manter a CERBRANORTE a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais, o plano de treinamento da CERBRANORTE é realizado com apoio do OCESC/SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. A educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de formação universitária, atingiu todos os empregados, representando em média 34:15 horas de treinamento por empregado no ano.

Como resultado do contínuo investimento tecnológico, da política de treinamento de seu quadro técnico funcional, do elevado número de funcionários em período de aposentadoria e da nova realidade da CERBRANORTE perante as exigências da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, o quadro de empregados da CERBRANORTE apresentou a demissão 07 (sete) funcionários em 2017 e também 07 (sete) contratações.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a CERBRANORTE vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2017	2016	%
Atendimento			
Número de consumidores	16.395	16.093	1,88%
Número de empregados	90	90	0,00%
Número de consumidores por empregado	182	179	1,88%
Número de localidades atendidas	6	6	0,00%
Número de agências	2	2	0,00%
Número de postos de atendimento	0	0	0,00%
Número de postos de arrecadação	10	10	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	510,22	510,22	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	32	29	10,34%
Distribuição direta (GWh)	132,91	122,09	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.801,55	2.670,42	4,91%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	436,91	446,83	-2,22%
Residencial	530,97	477,46	11,21%
Comercial	458,59	531,04	-13,64%
Industrial	545,00	531,04	2,63%
Rural	371,83	351,78	5,70%
Suprimento	116,57	95,48	0,00%
DEC (horas)	6,29	8,74	-28,03%
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	33,00	33,00	0,00%

População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	11	11	0,00%
FEC (número de interrupções)	7,59	8,40	-9,64%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	8,36	12,06	-30,68%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	1	1	0,00%
Linhos de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhos de distribuição (Km)	1.692	1685	0,42%
Capacidade instalada (MW)	93	88	5,68%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	66.830,85	59.096,76	13,09%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	47.869,83	39.865,32	20,08%
Margem operacional do serviço líquida (%)	39,61%	48,24%	-17,89%
EBITDA OU LAJIDA	3.935,93	3.364,78	16,97%
Lucro líquido (R\$ mil)	1.158,73	781,83	48,21%
Lucro líquido por mil cotas	1,16	0,78	48,21%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	30.217,19	29.038,27	4,06%
Valor patrimonial por cota R\$	1,00	1,00	0,00%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	3,83	2,69	42,43%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	98,96	101,72	-2,72%
Em moeda nacional (%)	100,00	100,00	0,00%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	3,04	2,98	2,01%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1632,41	1555	4,98%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	8,96	8,69	3,11%
Retorno de ativos por unidade	0,06	0,04	50,00%

5.5 AGRADECIMENTOS

Registrados nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERBRANORTE. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CERBRANORTE.

Braço do Norte, 31 de dezembro de 2017.

A Administração

6 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. REGULATÓRIAS

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte

CNPJ no 86.433.042/0001-31

Balanço Patrimonial Regulatório em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Ativos		
Ativo Circulante	17.662,49	15.642,85
Caixa e equivalentes de caixa	1.616,12	2.481,32
Consumidores	9.613,48	7.987,02
Concessionárias e permissionárias	-	75,24
Serviços em curso	76,70	563,99
Tributos compensáveis	227,55	1.072,23
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	257,99	228,32
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos regulatórios	1.810,81	1.271,92
Despesas pagas antecipadamente	150,66	152,76
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	3.909,18	1.810,05
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	42.456,45	42.933,00
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	19,80	152,82
Depósitos judiciais e cauções	27,58	27,58
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos regulatórios	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	48,92	48,90
Imobilizado	42.278,51	42.612,23
Intangível	81,64	91,47
Total do ativo	60.118,94	58.575,85

Passivo

Passivo Circulante	14.456,57	15.517,73
Fornecedores	7.036,10	5.556,35
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.509,52	1.554,79
Obrigações sociais e trabalhistas	926,14	991,58
Benefício pós-emprego		-
Tributos	748,36	635,60
Provisão para litígios		-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-
Encargos setoriais	1.960,69	1.780,10
Provisão para descomissionamento		-
Passivos regulatórios	109,56	2.576,36
Provisão para uso do bem público		-
Instrumentos financeiros derivativos		-
Obrigações com associados		-
Outros passivos circulantes	2.166,20	2.422,95
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	15.445,18	14.019,85
Fornecedores		-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.668,13	9.112,12
Tributos		-
Provisão para litígios	5.193,00	2.816,57
Encargos setoriais		-
Provisão para descomissionamento		-
Passivos regulatórios		-
Instrumentos financeiros derivativos		-
Obrigações com associados	536,16	536,16
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2.047,89	1.555,00

Total do passivo	29.901,75	29.537,58
-------------------------	------------------	------------------

Patrimônio líquido	30.217,19	29.038,27
Capital social	2.667,12	2.646,94
Reservas de capital	726,46	(340,11)
Outros resultados abrangentes	4.400,34	5.400,47
Reserva de sobras	20.900,41	19.086,40
Sobras à disposição da Assembleia	1.522,86	2.244,57

Total do patrimônio líquido	30.217,19	29.038,27
------------------------------------	------------------	------------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	60.118,94	58.575,85
---	------------------	------------------

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte

CNPJ no 86.433.042/0001-31

Demonstração do Resultado Regulatório do Exercício Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

2017 **2016**

Operações em continuidade

Receita / Ingresso	66.830,85	59.096,76
Fornecimento de energia elétrica	23.501,15	18.703,30
Suprimento de energia elétrica	588,57	322,90
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	35.944,65	34.124,32
Ativos e Passivos Regulatórios		-
Serviços cobráveis	96,93	74,41
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	6.699,55	5.871,83
Outras receitas	-	-

Tributos	(12.499,99)	(11.672,71)
ICMS	(12.499,93)	(11.672,71)
PIS-PASEP	-	-
Cofins	-	-
ISS	(0,06)	-

Encargos - Parcela "A"	(6.461,03)	(7.558,73)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(117,90)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	(108,53)
Reserva Global de Reversão - RGR		-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(3.798,38)	(6.028,37)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(88,64)	(76,83)
Outros encargos	(2.574,01)	(1.227,10)

Receita líquida / Ingresso líquido	47.869,83	39.865,32
---	------------------	------------------

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(29.714,41)	(23.471,60)
Energia elétrica comprada para revenda	(29.714,41)	(23.761,79)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		290,19

Resultado antes dos custos gerenciáveis	18.155,42	16.393,72
--	------------------	------------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(16.273,87)	(15.084,54)
Pessoal e administradores	(6.862,43)	(7.039,34)
Material	(1.259,97)	(2.419,14)
Serviços de terceiros	(1.510,30)	(1.762,40)
Arrendamento e aluguéis	(22,13)	(25,65)
Seguros	(94,03)	(85,52)
Doações, contribuições e subvenções	(148,61)	(182,78)
Provisões	(2.401,89)	(146,68)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	73,65	465,31
Tributos	(93,42)	(28,91)
Depreciação e amortização	(2.054,38)	(1.955,65)
Gastos diversos	(484,40)	(366,24)
Outras Receitas Operacionais	306,39	364,70
Outras Despesas Operacionais	(1.722,35)	(1.902,24)

Resultado da Atividade	1.881,55	1.309,18
-------------------------------	-----------------	-----------------

Equivalência patrimonial	-	-
---------------------------------	---	---

Resultado Financeiro	(661,66)	(329,54)
Despesas financeiras	(1.215,52)	(1.384,85)
Receitas financeiras	553,86	1.055,31

Resultado antes dos impostos sobre os lucros	1.219,89	979,64
---	-----------------	---------------

Despesa com impostos sobre os lucros	(61,16)	(197,81)
---	----------------	-----------------

Resultado líquido das operações em continuidade	1.158,73	781,83
--	-----------------	---------------

Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-

Resultado líquido do exercício	1.158,73	781,83
---------------------------------------	-----------------	---------------

Atribuível aos:

Acionistas controladores	1.158,73	781,83
Acionistas não controladores	-	-

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte
CNPJ no 86.433.042/0001-31
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)
DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de Sobras	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.629,64	(1.870,06)	6.467,04	15.738,75	5.273,77	28.239,14
<u>Aumento de capital social</u>						
Integralização de Quotas	17,31	-	-	-	-	17,31
<u>Reversão de Reservas</u>						
Por Disposição Legal e Estatutária	-	-	(1.066,57)	(689,93)	1.756,50	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	2.677,25	(2.677,25)	-
Destinações Estatutárias				1.360,33	(1.360,33)	
Efeitos IFRS	-	1.529,95	-	-	(1.529,95)	-
Complemento Ajuste Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	781,83	781,83
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.646,95	(340,11)	5.400,47	19.086,40	2.244,57	29.038,28
<u>Aumento de capital social</u>						
Integralização de Quotas	20,18	-	-	-	-	20,18
<u>Reversão de Reservas</u>						
Por Disposição Legal e Estatutária	-	-	(1.000,13)	(830,09)	1.830,22	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	1.178,00	(1.178,00)	-
Destinações Estatutárias		-	-	1.466,09	(1.466,09)	
Efeitos IFRS	-	1.066,57	-	-	(1.066,57)	-
Complemento Ajuste Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.158,73	1.158,73
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.667,13	726,46	4.400,34	20.900,40	1.522,86	30.217,19

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte

CNPJ: 86.433.042/0001-31

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	1.158,73	781,83
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	6.043,42	3.768,35
Depreciação e Amortização	2.148,80	2.043,16
Baixas do Imobilizado	1.518,19	1.655,19
Provisões no Exigível a Longo Prazo	2.376,43	70,00
Variações no Ativo	(2.751,84)	(777,84)
Consumidores	(1.626,47)	148,22
Concessionárias e permissionárias	75,24	(28,62)
Serviços em Curso	487,30	(64,70)
Tributos Compensáveis	977,70	(556,34)
Almoxarifado Operacional	(29,68)	169,12
Ativos regulatórios	(538,89)	553,32
Despesas Pagas Antecipadamente	2,11	(23,50)
Outros Ativos	(2.099,15)	(975,33)
Variações no Passivo	(522,99)	3.871,10
Fornecedores	1.479,75	1.867,22
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(65,43)	87,31
Tributos	112,76	(682,42)
Encargos Setoriais	180,58	(797,25)
Passivos regulatórios	(2.466,80)	1.345,20
Outros Passivos	(256,75)	1.566,34
Obrigações vinculadas à concessão	492,90	484,71
Total das Atividades Operacionais	3.927,32	7.643,44
Atividades de Investimento		
Aplicações no Intangível	(24,39)	(40,00)
Aplicações no Imobilizado	(3.299,06)	(10.124,34)
Total das Atividades de Investimento	(3.323,45)	(10.164,34)
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	(1.489,25)	(1.429,58)
Aumentos de Capital	20,18	17,31
Reversão de Reservas	-	-
Total das Atividades de Financiamento	(1.469,08)	(1.412,27)
Total dos Efeitos no Caixa	(865,20)	(3.933,17)
Saldo Inicial de Caixa	2.481,32	6.414,49
Saldo Final de Caixa	1.616,12	2.481,32
Variação no Caixa	(865,20)	(3.933,17)

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela CERBRANORTE é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Permissão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o Contrato de Permissão de Distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, nossa Permissão para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a CERBRANORTE pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a CERBRANORTE solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

A CERBRANORTE está autorizada a atender Consumidores Livres que são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da CERBRANORTE. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma Empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 33 a 36, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a CERBRANORTE contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da CERBRANORTE, ajustada anualmente na data de aniversário do seu Contrato de Permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 28 de setembro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. Quando aplicável a Outorgada agrupa mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

(a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 28 de setembro de 2013 e ajustada em 31 de janeiro de 2014, com base em Laudo de Reavaliação, e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2012.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

DESCRÍCÃO	VALORES CORRENTES							Total 2017	Total 2016		
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA								
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos				
Fornecimento de Energia	8.368,95	-	1.269,81	26,60	41,98	228,27	(322,13)	9.613,48	7.987,02		
Residencial	1.524,39	-	349,61	9,12	20,60	92,88	(131,83)	1.864,77	1.564,76		
Industrial	2.924,61	-	648,39	11,34	5,12	76,86	(107,71)	3.558,61	2.974,32		
Comercial	983,88	-	141,46	5,95	16,01	37,59	(60,52)	1.124,37	918,72		
Rural	991,94	-	129,73	0,19	0,18	20,94	(22,07)	1.120,91	881,93		
Poderes Públicos	82,43	-	0,62	-	0,07	-	-	83,12	66,96		
Iluminação Pública	156,88	-	-	-	-	-	-	156,88	72,75		
Serviço Público	43,09	-	-	-	-	-	-	43,09	30,48		
Serviço Taxado	218,03	-	-	-	-	-	-	218,03	258,10		
Fornecimento Não Faturado	1.443,70	-	-	-	-	-	-	1.443,70	1.218,99		
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total	8.368,95	-	1.269,81	26,60	41,98	228,27	(322,13)	9.613,48	7.987,02		

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa considera os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2016 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Liquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Liquido em 31/12/2017	Valor Liquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Liquidas
Distribuição	56.000,92	3.011,72	(826,37)	-	(1.525,78)	56.660,49	2.185,35	(18.201,29)	38.459,19	38.523,22	1.681,43	(147,31)	1.534,12
Terrenos	193,16	-	-	-	-	193,16	-	-	193,16	193,16	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	55.733,30	3.011,72	(826,37)	-	(1.525,78)	56.392,87	2.185,35	(18.186,23)	38.206,64	38.262,96	1.681,43	(147,31)	1.534,12
Veículos	36,64	-	-	-	-	36,64	-	(9,88)	26,77	32,00	-	-	-
Móveis e utensílios	37,81	-	-	-	-	37,81	-	(5,19)	32,62	35,09	-	-	-
Administração	1.533,84	39,14	-	-	-	1.572,98	39,14	(734,93)	838,05	903,83	-	-	-
Terrenos	18,11	-	-	-	-	18,11	-	-	18,11	18,11	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	445,62	-	-	-	-	445,62	-	(159,12)	286,50	301,34	-	-	-
Máquinas e equipamentos	610,74	39,14	-	-	-	649,88	39,14	(316,89)	332,99	354,27	-	-	-
Veículos	119,32	-	-	-	-	119,32	-	(87,80)	31,52	43,23	-	-	-
Móveis e utensílios	340,05	-	-	-	-	340,05	-	(171,12)	168,93	186,87	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	57.534,76	3.050,86	(826,37)	-	(1.525,78)	58.233,47	2.224,49	(18.936,22)	39.297,24	39.427,05	1.681,43	(147,31)	1.534,12

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Liquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Liquido em 31/12/2017	Valor Liquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Liquidas
Distribuição	1.672,78	2.559,57	(3.011,69)	-	-	1.220,66	(452,12)	-	1.220,66	1.672,78	513,77	-	513,77
Máquinas e equipamentos	681,70	1.106,51	(3.011,69)	1.916,49	-	693,00	11,31	-	693,00	681,70	513,77	-	513,77
Outros	991,09	1.453,06	-	(1.916,49)	-	527,66	(463,43)	-	527,66	991,09	-	-	-
Administração	1.512,40	287,34	(39,14)	-	-	1.760,60	248,21	-	1.760,60	1.512,40	-	-	-
Máquinas e equipamentos	11,40	27,74	(39,14)	-	-	-	(11,40)	-	0,00	11,40	-	-	-
Outros	1.501,00	259,61	-	-	-	1.760,60	259,61	-	1.760,60	1.501,00	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	3.185,18	2.846,91	(3.050,83)	-	-	2.981,26	(203,92)	-	2.981,26	3.185,18	513,77	-	513,77

Total do Ativo Imobilizado	60.719,94	5.897,77	(3.877,20)	-	(1.525,78)	61.214,73	2.020,57	(18.936,22)	42.278,51	42.612,23	2.195,20	(147,31)	2.047,89
----------------------------	-----------	----------	------------	---	------------	-----------	----------	-------------	-----------	-----------	----------	----------	----------

A composição do intangível é como segue :

Intangivel - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Liquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Liquido em 31/12/2017	Valor Liquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	88,85	24,38	-	-	-	113,23	24,38	(66,62)	46,61	35,84
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	88,85	24,38	-	-	-	113,23	24,38	(66,62)	46,61	35,84
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	155,23	-	-	-	-	155,23	-	(120,20)	35,03	55,63
Softwares	155,23	-	-	-	-	155,23	-	(120,20)	35,03	55,63
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	244,08	24,38	-	-	-	268,46	24,38	(186,82)	81,64	91,47
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	-	14,39	(14,39)	-	-	-	-	28,78		
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	14,39	(14,39)	-	-	-	-	28,78		
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	10,00	(10,00)	-	-	-	-	20,00		
Softwares	-	10,00	(10,00)	-	-	-	-	20,00		
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-		
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-		
Subtotal	-	24,39	(24,39)	-	-	-	-	48,78		
Total do Ativo Intangível	244,08	48,77	(24,39)	-	-	268,46	73,16	(186,82)	81,64	91,47

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Liquidas (A)-(B)+(C)
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil							
AIS Bruto	39.136,06	3.011,72	(826,37)	-	15.071,46	56.392,87	2.185,35
Transformador de Distribuição	4.075,03	692,24	(211,41)	-	2.503,10	7.058,96	480,83
Medidor	1.473,08	309,85	(38,72)	-	498,85	2.243,06	271,13
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	12.223,19	825,67	(159,00)	-	3.282,21	16.172,07	666,67
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	4.133,49	1.183,96	(139,73)	-	388,56	5.566,28	1.044,23
Redes Alta Tensão (69 kV)	-			-		-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-			-		-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-			-		-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-			-		-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-			-		-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	12.311,33			-		12.311,33	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-			-		-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	4.919,94		(277,51)	-	8.398,74	13.041,17	(277,51)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(1.392,11)	(289,32)	-	-	-	(1.681,43)	(289,32)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	(885,89)	(289,32)		-	-	(1.175,21)	(289,32)
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(506,22)	-	-	-	-	(506,22)	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(56,39)	-	-	-	-	(56,39)	-
Excedente de reativos	(449,83)	-	-	-	-	(449,83)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

		2017			2016
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	3,43	56.773,73	(18.267,92)	38.505,81	38.559,06
Custo histórico	3,92	41.702,29	(7.596,82)	34.105,47	33.158,58
Reavaliação	3,05	15.071,43	(10.671,09)	4.400,34	5.400,47
Administração	8,02	1.728,21	(855,13)	873,08	959,46
Custo histórico	8,02	1.728,21	(855,13)	873,08	959,46
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	2.981,26	-	2.981,26	3.185,18
Distribuição	-	1.220,66	-	1.220,66	1.672,78
Administração	-	1.760,60	-	1.760,60	1.512,40
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ M	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amort ização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	138,61	120,99	-	-	-	-	259,61
Máquinas e Equipamentos	126,49	178,39	721,66	-	-	107,69	1.134,24
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
ARatear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	120,05	142,25	-	-	-	-	262,30
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	558,92	-	-	-	-	-	558,92
Compras em Andamento	586,59	45,25	-	-	-	-	631,84
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	1.530,67	486,89	721,66	-	-	107,69	2.846,91

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes

Distribuição

Banco de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor	3,57
Estrutura (poste, torre)	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador de distribuição	4,00

Administração central

Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta os procedimentos para a desvinculação, por iniciativa de agente setorial, de bens vinculados à prestação do serviço público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica ou à produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis, quando destinados à alienação, determinando que deverá ser depositado em conta bancária vinculada, aberta para esse fim.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Instalação de Regulador de Tensão (Proc. 11.123/16)	349,75
2 - Construção de rede de distribuição (Proc. 18.273/16)	164,19
3 - Ampliação e substituição de rede BT (Proc. 564/17)	63,97
4 - Trifaseamento de rede de distribuição (Proc. 20.259/16)	60,77
5 - Substituição de Regulador de Tensão (Proc. 4.665/17)	60,22
6 - Substituição de condutores (Proc. 31.109/17)	50,56
7 - Substituição de Regulador de Tensão (Proc. 1.069/17)	42,65
8 - Realocação de rede de distribuição (Proc. 15.545/16)	33,07
9 - Substituição de Regulador de Tensão (Proc. 3.570/17)	32,88
10 - Instalação de medidores em ago/17 (Proc. 21.306/17)	32,52

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Substituição de Regulador de Tensão (Proc. 11.123/16)	185,49
2 - Substituição de Regulador de Tensão (Proc. 1.069/17)	62,09
3 - Ajuste de inventário (Proc. 34.470/17)	46,48
4 - Retira de estruturas da rede (Proc. 19.273/16)	23,76
5 - Ajuste de inventário (Proc. 34.471/17)	19,94
6 - Substituição de Regulador de Tensão (Proc. 4.665/17)	18,50
7 - Retirada de estruturas da rede (Proc. 4.401/17)	17,83
8 - Retirada de rede de distribuição (Proc. 22.290/17)	17,17
9 - Realocação de rede de distribuição (Proc. 7.286/16)	13,99
10 - Substituição de condutores da rede (Proc. 4.530/17)	11,59

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERBRANORTE não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2017.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A CERBRANORTE, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

A CERBRANORTE, por ter um mercado anual inferior a 500 GWh, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária:

No ano de 2017 a CERBRANORTE não possuía em seus registros contábeis valor de diferimento de reposição tarifaria.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.271,91	2.335,37	(1.812,97)	16,50	-	1.810,81	934,70	876,11	1.810,81	-
Neutralidade da Parcela A	526,10	537,25	(701,77)	11,55	-	373,13	114,89	258,24	373,13	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	745,81	1.798,12	(1.111,20)	4,95	-	1.437,68	819,81	617,87	1.437,68	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.271,91	2.335,37	(1.812,97)	16,50	-	1.810,81	934,70	876,11	1.810,81	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	2.576,36	397,49	(2.864,29)	-	-	109,56	108,30	1,26	109,56	-
Neutralidade da Parcela A	407,29	294,09	(660,52)	-	-	40,86	39,60	1,26	40,86	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2.169,07	103,40	(2.203,77)	-	-	68,70	68,70	-	68,70	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	2.576,36	397,49	(2.864,29)	-	-	109,56	108,30	1,26	109,56	-

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequencia Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequencia de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
																2017	2018	2019	2020	2021	2022+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.509,52	7.668,13	9.177,65					11,40							1.509,52	1.495,99	1.495,99	1.495,99	1.495,99	1.684,17	9.177,65
Bradesco	-	13,53		13,53	Sim	22/01/2013 e 05/04/2013	Outras	Outros	3,00	15/01/2018	Mensal	15/01/2018	5/02/2018 e 15/04/2018	Mensal	Outro, especif. no cronograma	13,53	-	-	-	-	-	13,53
BRDE - SC 30.919	-	981,90	5.154,97	6.136,87	Sim	25/02/2014	Outras	TJLP	4,90	15/01/2018	Mensal	15/01/2018	15/03/2024	Mensal	Outro, especif. no cronograma	981,90	981,90	981,90	981,90	981,90	1.227,37	6.136,87
BRDE - SC 30.427	-	514,09	2.513,16	3.027,25	Sim	31/12/2013	Outras	Outros	3,50	15/01/2018	Mensal	15/01/2018	15/01/2024	Mensal	Outro, especif. no cronograma	514,09	514,09	514,09	514,09	514,09	456,80	3.027,25
Linha 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	1.509,52	7.668,13	9.177,65					11,40							1.509,52	1.495,99	1.495,99	1.495,99	1.495,99	1.684,17	9.177,65
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.509,52	7.668,13	9.177,65					11,40							1.509,52	1.495,99	1.495,99	1.495,99	1.495,99	1.684,17	9.177,65
Tributária	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
Dívida Bruta	-	1.509,52	7.668,13	9.177,65	10.666,91
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.509,52	7.668,13	9.177,65	10.666,91
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrassetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrassetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-
Alta Liquidez	-	-	-	-	-
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	1.509,52	7.668,13	9.177,65	10.666,91

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A CERBRANORTE não possui imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2016 e 2017.

9. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2016	-	475,40	2.341,17	-	-	-	2.816,57
Constituição	35,00	451,80	1.889,63	-	-	-	2.376,43
Baixas/reversão	-	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	35,00	927,20	4.230,80	-	-	-	5.193,00

9.1. Contingências Fiscais

9.1.1. INSS - Em 2008 a cooperativa foi autuada pela Receita Federal do Brasil mediante auto de infração DEBCAD: 37.106.800-2 e DBCAD: 37.106.801-0, no valor de R\$ 364 mil. A autuação refere-se ao não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre a prestação de serviços na área da saúde em contratos firmados com a Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel Ltda. - Unimed de Tubarão.

A Cooperativa interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis – SC, em 28 de novembro de 2008, requerendo nulidade total do ato fiscal. A administração da cooperativa entende que o imposto não é devido, não tendo sido julgado até o encerramento do exercício.

A cooperativa efetuou a provisão no valor das multas, reconhecendo integralmente seu valor no resultado do exercício.

Não foram atualizadas monetariamente por decisão do conselho de administração.

9.1.2. PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal - A Legislação Tributária Federal, notadamente com redação dada pela Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, e Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, com suas respectivas alterações subsequentes e vigentes, regulamentadas pelas Instruções Normativas - IN, da Secretaria da Receita Federal - SRF, nº 145, de 9 de dezembro de 1999, nº 247, de 21 de novembro de 2002, e nº 358, de 9 de setembro de 2003, estabelece que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento, a partir de 1º de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia, às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores ocorridos a partir de novembro de 1999.

Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF nº 635 disposta sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei nº 10.684/2003, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, realizada pela Secretaria de Receita Federal, resultou a lavratura de auto de infração, protocolado em 9 de outubro de 2006, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de dezembro de 2000 a outubro de 2005. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 13 de novembro de 2006 a CERBRANORTE interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. A CERBRANORTE destacou ainda em sua defesa a ausência dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado e a integralidade das sobras, entre as exclusões da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal.

Diante do caráter inovador e dos aspectos formais do auto de infração, a CERBRANORTE reconheceu como possível sua materialização.

Em julgamento proferido em novembro de 2014 o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade em favor da incidência do PIS/COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, decisão que poderá influenciar o entendimento da administração sobre a incidência dos tributos sobre as receitas da cooperativa.

A administração aguardará manifestação da Receita Federal do Brasil em relação aos valores notificados, caso a referida decisão influencie a cobrança para rever os procedimentos de mensuração da contingência.

Em 2015 observou-se que as cooperativas do mesmo ramo de atividade no estado de Santa Catarina foram novamente notificadas acerca da sua defesa que tramitava na esfera administrativa, sendo-lhes exigido o pagamento imediato dos valores notificados.

De acordo com a assessoria jurídica da CERBRANORTE, o principal argumento de defesa encontra-se superado em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal quanto a incidência do tributo sobre as receitas das cooperativas, porém, no que se refere a base material da notificação, no decorrer de 2017, a Cooperativa obteve êxito parcial no que se refere a base de cálculo dos tributos, no entanto, o fisco recorreu da decisão que beneficiou a CERBRANORTE.

Considerando-se, portanto, que no mérito a Cooperativa não logrou êxito e que a parte que lhes foi favorável ainda está sendo questionada pelo Fisco, a administração da CERBRANORTE, de forma conservadora, optou pelo reconhecimento integral da obrigação mediante provisão.

9.2. Contingências Cíveis - A cooperativa mantém provisão de R\$ 927,20 mil referente a ações judiciais, sendo R\$ 451,80 mil reconhecidos em 2017.

10. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador a às subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		1.175,21	-	-	1.175,21
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	946,29	-	-	946,29
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	228,91	-	-	228,91
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	0,00%	506,22	-	-	506,22
Ultrapassagem de demanda	-	56,39	-	-	56,39
Excedente de reativos	-	449,83	-	-	449,83
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	3,93%	(122,31)	-	-	(122,31)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3,93	(104,13)	-	-	(104,13)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,93	(18,18)	-	-	(18,18)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	3,93%	(25,00)	-	-	(24,96)
Ultrapassagem de demanda	3,93	(2,78)	-	-	1,15
Excedente de reativos	3,93	(22,21)	-	-	(18,28)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	3,93%	1.534,12	-	-	1.534,16

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017 7	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Liquido em 31/12/2017	Valor Liquido em 31/12/2016
Em serviço	885,89	289,32	-	-	-	1.175,21	289,32	(122,31)	1.052,89	805,25
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	730,59	215,70	-	-	-	946,29	215,70	(104,13)	842,16	659,68
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	155,30	73,62	-	-	-	228,91	73,62	(18,18)	210,73	145,57
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento			-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	506,22	-	-	-	-	506,22	-	(25,00)	25,00	501,23
Ultrapassagem de demanda	56,39	-	-	-	-	56,39	-	(2,78)	53,61	55,84
Excedente de reativos	449,83	-	-	-	-	449,83	-	(22,21)	427,62	445,39
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	(80,64)	(41,67)	-	-	-	(122,31)	(41,67)	-	(122,31)	(80,64)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(70,92)	(33,21)	-	-	-	(104,13)	(33,21)	-	(104,13)	(70,92)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(9,72)	(8,46)	-	-	-	(18,18)	(8,46)	-	(18,18)	(9,72)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(4,99)	(20,00)	-	-	-	(25,00)	(20,00)	-	(20,00)	(4,99)
Ultrapassagem de demanda	(0,56)	(2,23)	-	-	-	(2,78)	(2,23)	-	(2,78)	(0,56)
Excedente de reativos	(4,44)	(17,77)	-	-	-	(22,21)	(17,77)	-	(22,21)	(4,44)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.306,48	227,64	-	-	-	1.534,12	227,64	(147,31)	935,58	1.220,85

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017 7	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Liquido em 31/12/2017	Valor Liquido em 31/12/2016
Em Curso	186,32	176,62	(215,70)	(0,00)	-	147,24	392,32	-	147,24	186,32
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	0,97	-	(157,89)	162,04	-	5,12	4,15	-	5,12	0,97
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	176,33	176,62	(57,81)	(160,63)	-	134,51	(41,82)	-	134,51	176,33
Valores Não Aplicados	9,01	-	-	(1,41)	-	7,61	(1,41)	-	7,61	9,01
Outros	62,19	307,22	(2,88)	-	-	366,53	310,09	-	366,53	62,19
Ultrapassagem de demanda	8,78	92,06	(2,55)	-	-	98,29	89,51	-	98,29	8,78
Excedente de reativos	53,41	215,15	(0,33)	-	-	268,24	214,82	-	268,24	53,41
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	248,51	483,84	(218,58)	(0,00)	-	513,77	702,41	-	513,77	248,51

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Construção rede MT/BT (Proc. 18.273/16)	100,87
2 - Ampliação e substituição de rede BT (Proc. 564/17)	54,60
3 - Ampliação de rede BT em loteamento (Proc. 5.823/17)	9,51
4 - Extensão rede MT c/ inst. transformador (Proc. 22.491/17)	8,00
5 - Construção rede MT p/ inst. Transformador (Proc. 20.854/16)	6,00
6 - Doação de transformador de 75 kVa (Proc. 23.932/17)	5,06
7 - Instalação de transformador 75 kVa (Proc. 19.593/16)	5,00
8 - Extensão de rede BT (Proc. 22.600/16)	4,99
9 - Ampliação de rede AT (Proc. 13.644/16)	4,80
10 - Subst. Rede BT e transformador (Proc. 20.181/17)	4,77

Não houveram baixas nas obrigações especiais no exercício de 2017.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social é representado por 2.667,12 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 estava representado por 2.646,95 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

	2017	2016
Capital Social	2.679,31	2.658,76
(-) Capital a Integralizar	-12,19	-11,81
Total	2.667,12	2.646,95

Reservas de Capital

	2017	2016
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Outras	726,46	-340,11
Total	726,46	(340,11)

Outros Resultados Abrangentes

	2017	2016
Ajustes de Elementos do Ativo - Reservas de Reavaliação	4.400,34	5.400,47
Total	4.400,34	5.400,47

Reservas de Sobras

	2017	2016
Reserva legal	3.665,87	3.467,93
Lucros a realizar	-	-
FATES	941,58	1.074,83
Fundo de Ampliação Manutenção e Melhoria	16.292,96	14.543,64
Total	20.900,41	19.086,40

Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia

	2017	2016
Sobras	1.522,86	2.244,57
(-) Perdas	-	-
Total	1.522,86	2.244,57

Natureza e Finalidade das Reservas

Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembléia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) : de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

Fundo de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituída estatutariamente por 50% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembléia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou

despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembléia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

12. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	16.386	16.089	122.046	115.453	56.935,79	52.859,65
Residencial	10.844	10.650	30.990	30.489	16.461,81	15.376,43
Industrial	1.599	1.560	39.478	37.006	18.177,45	17.659,61
Comercial	699	674	16.534	15.793	9.047,25	8.382,39
Rural	3.082	3.047	27.434	25.120	10.241,29	8.832,10
Poder público	146	146	1.639	1.572	901,96	808,47
Iluminação pública	3	2	5.044	4.581	1.695,78	1.414,12
Serviço público	13	10	927	892	410,25	386,53
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	4	4	10.868	11.081	1.029,54	579,71
Consumidores Cativos	-	-	-	-	383,26	171,14
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	3	3	41	41	57,71	85,67
Permissionárias	1	1	10.827	11.040	588,57	322,90
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(304,33)	(282,68)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(89,51)	(26,79)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativo	-	-	-	-	(214,82)	(255,89)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Reguladas	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	9.169,85	5.940,08
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	2.168,97	(143,29)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos						
Financeiros Setoriais	-	-	-	-	204,40	137,12
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	96,93	74,42
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	6.699,55	5.871,83
Total	16.390	16.093	132.914	126.534	66.830,85	59.096,76

13. COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2016 e 2017, a Permissionária não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

14. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2017	2016
Pessoal	6.222,00	6.451,87
Remuneração	3.891,97	3.960,08
Encargos	1.497,97	1.446,76
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	45,88	234,62
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	786,18	810,41
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	-	-
Administradores	640,43	587,47
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	623,07	576,13
Benefícios dos administradores	17,36	11,34
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	6.862,43	7.039,34

15. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	1.219,89	979,64
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(61,16)	(197,81)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(61,16)	(197,81)

16. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

17.1 REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

Em 28 de março de 2016, foi publicada a Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016, que estabeleceu nova metodologia de cálculo para reajustes e revisões. Esta nova metodologia prevê a opção de alteração da cláusula décima quarta do Contrato de Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, por meio da assinatura de Termo Aditivo. A Resolução definiu, também, uma nova data para a revisão, 30 de setembro de 2016.

Em 18 de julho de 2016 a CERBRANORTE assinou o terceiro termo aditivo ao Contrato de Permissão, passando a ter, então, sua Revisão Tarifária regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Neste sentido, a CERBRANORTE, após estudos da necessidade orçamentária, pleiteou sua Receita Requerida para os custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B).

Em 27 de setembro de 2016, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.147, ocorreu o Segundo Ciclo de Revisão Tarifária. Este Ciclo resultou em efeito médio a ser percebido pelos consumidores de -1,46% negativo.

17.2 REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as tarifas de fornecimento e uso do sistema de distribuição são reajustadas de modo a recuperar a receita da permissionária decorrente da aplicação do Índice de Reajuste Tarifário (IRT), calculado de acordo com fórmula paramétrica que consta do Contrato de Permissão nº 25/2008 e com a metodologia e procedimentos estabelecidos pelo Módulo 8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.331, de 31 de outubro de 2017, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERBRANORTE, resultantes do processo de reajuste tarifário de 2017, cujo efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes suprido é de 14,33%, sendo de 18,52%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 12,57%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

O Reajuste Tarifário Anual de 2017, calculado pela ANEEL, para aplicação a partir de 1º de novembro de 2017, resultou no percentual total de 7,01%, sendo 13,01% relativo ao cálculo econômico e - 6,00% negativos referente aos componentes financeiros pertinentes, tendo como base o processo de 2016.

17.3. COMPOSIÇÃO DA BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

A Base de Remuneração Regulatória (BRR) das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica é composta pelos valores dos seguintes itens:

- I – Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme caso específico);

II – Almoxarifado de Operação; e

III – Obrigações especiais.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

O quadro abaixo representa o resultado da Base de Remuneração Regulatória (BAR), calculada no 1º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	38.025,54
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	3.827,69
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	34.197,85
(6) Depreciação Acumulada	19.172,18
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	18.853,35
(10) Almoxarifado em Operação	114,07
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Serviços	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)- (8)+(10)+(11)-(12)+(13)	18.967,43
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	0,0400
(18) Quota de Reintegração Regulatória	1.367,91
(19) WACC real antes de impostos	0,0377
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)- (15)-(16)]*(19)	715,07

Em 2016, a Cerbranorte optou em seu processo de Revisão Tarifária pelo Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET) Submódulo 8.4, cuja a metodologia permite à Permissionária propor sua base de Remuneração dentro limites estipulados pelo Órgão Regulador. Abaixo segue tabela com os valores homologados em 2016 para remuneração dos Ativos da Permissão e demais componentes da parcela B:

PARCELA B	18.184,36
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	10.769,82
2.2. Remuneração do Investimento	1.531,47
2.3. Quota de Reintegração	1.624,90
2.4. Investimento no Sistema Elétrico	4.025,18
2.3. Fates	453,47
2.5. Outras Receitas	(220,48)

17.4 CUSTO ANUAL DAS INSTALAÇÕES MÓVEIS E IMÓVEIS - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

Devido a empresa ter optado em seu processo de Revisão Tarifária pelo Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET) Submódulo 8.4, deixamos de apresentar o preenchimento do quadro abaixo relativos ao CAIMI no exercício de 2016.

17.5 AJUSTE DA PARCELA B EM FUNÇÃO DE INVESTIMENTOS REALIZADOS

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada permissionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IPCA, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros.

Para o exercício de 2016/2017 tais parâmetros não serão calculados para nossa Empresa, uma vez que optamos pela Regulação do Submódulo 8.4 do PRORET para nossa Segunda Revisão Tarifária Periódica.

17.6. RESUMO DA REVISÃO TARIFÁRIA (OU REAJUSTE TARIFÁRIO)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 8 do PRORET, que trata da revisão tarifária das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica, o resultado da segunda revisão tarifária da CERBRANORTE, aprovada pela Resolução Homologatória 2147/2016, é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da permissionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada.

Descrição	Receita Ultimo IRT R\$	Receita Verificada	Revisao	Variação Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	33.338,87	-	-	-	-	-
1.1. Encargos Setoriais	4.213,79	-	-	-	-	-
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	106,22	-	-	-	-	-
CDE	3.173,50	-	-	-	-	-
PROINFA	934,07	-	-	-	-	-
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	4.527,86	-	-	-	-	-
CUSD	4.527,86	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	24.597,22	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	24.597,22	-	-	-	-	-
2. Repositionamento Econômico (%)	13,01	-	-	-	-	-
3. Componentes Financeiros (%)	(6,00)	-	-	-	-	-
4. Repositionamento com Financeiros (%)	7,01	-	-	-	-	-
5. Efeito para Consumidor (%)	14,33	-	-	-	-	-

18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a CERBRANORTE seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a CERBRANORTE seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

Descrição	Nota	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Ativos							
Ativo circulante		17.662,49	-	17.662,49	15.642,85	-	15.642,85
Caixa e equivalentes de caixa		1.616,12	-	1.616,12	2.481,32	-	2.481,32
Consumidores	18.1	9.613,49	-	9.613,49	7.987,02	-	7.987,02
Concessionárias e permissionárias			-		75,24	-	75,24
Serviços em curso		76,70	-	76,70	563,99	-	563,99
Tributos compensáveis		227,55	-	227,55	1.072,23	-	1.072,23
Depósitos judiciais e cauções			-			-	
Almoxarifado operacional		257,99	-	257,99	228,32	-	228,32
Investimentos temporários			-			-	
Empréstimos			-			-	
Ativos financeiros setoriais	18.2	1.810,81	-	1.810,81	1.271,92	-	1.271,92
Despesas pagas antecipadamente		150,66	-	150,66	152,76	-	152,76
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação			-			-	
Instrumentos financeiros derivativos			-			-	
Outros ativos circulantes		3.909,17	-	3.909,17	1.810,05	-	1.810,05
Ativo não circulante		42.456,45	4.400,34	38.056,11	42.933,00	6.955,47	35.977,53
Consumidores			-			-	
Concessionárias e permissionárias			-			-	
Serviços em curso			-			-	
Tributos compensáveis		19,80	-	19,80	152,82	-	152,82
Depósitos judiciais e cauções		27,58	-	27,58	27,58	-	27,58
Investimentos temporários			-			-	
Empréstimos			-			-	
Tributos diferidos			-			-	
Ativos financeiros setoriais	18.2		-			-	
Despesas pagas antecipadamente			-			-	
Bens e direitos para uso futuro			-			-	
Instrumentos financeiros derivativos			-			-	
Outros ativos não circulantes	18.3		(18.201,44)	18.201,44		(16.810,85)	16.810,85
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		48,92	-	48,92	48,90	-	48,90
Imobilizado	18.4	42.278,51	42.278,51		42.612,23	42.612,23	-
Intangível	18.5	81,64	(19.676,73)	19.758,37	91,47	(18.845,91)	18.937,38
Total do ativo		60.118,94	4.400,34	55.718,60	58.575,85	6.955,47	51.620,38

Passivo							
Passivo circulante		14.456,57	-	14.456,57	15.517,73	-	15.517,73
Fornecedores		7.036,10	-	7.036,10	5.556,35	-	5.556,35
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.509,52	-	1.509,52	1.554,79	-	1.554,79
Obrigações sociais e trabalhistas		926,14	-	926,14	991,58	-	991,58
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		748,36	-	748,36	635,60	-	635,60
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		1.960,69	-	1.960,69	1.780,10	-	1.780,10
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	18.2	109,56	-	109,56	2.576,36	-	2.576,36
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		2.166,20	-	2.166,20	2.422,95	-	2.422,95
Passivo não circulante		15.445,18	-	15.445,18	14.019,85	-	14.019,85
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		7.668,13	-	7.668,13	9.112,12	-	9.112,12
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		5.193,00	-	5.193,00	2.816,57	-	2.816,57
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	18.2	-	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		536,16	-	536,16	536,16	-	536,16
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	18.6	2.047,89	-	2.047,89	1.555,00	-	1.555,00
Total do passivo		29.901,75	-	29.901,75	29.537,58	-	29.537,58

Patrimônio líquido							
18.8							
Capital social		2.667,12	-	2.667,12	2.646,94	-	2.646,94
Reservas de capital		726,46	-	726,46	(340,11)	(1.066,57)	726,46
Outros resultados abrangentes		4.400,34	4.400,34		5.400,47	5.400,47	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		20.900,41	-	20.900,41	19.086,40	-	19.086,40
Sobras à disposição da Assembleia	18.9	1.522,86	-	1.522,86	2.244,57	1.066,57	1.178,00
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		30.217,19	4.400,34	25.816,85	29.038,27	5.400,47	23.637,80
Total do passivo e do patrimônio líquido		60.118,94	4.400,34	55.718,60	58.575,85	5.400,47	53.175,38

	Nota	Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso	18.7	66.830,85	(3.459,27)	70.290,12	59.096,76	(9.726,95)	68.823,71
Fornecimento de energia elétrica		23.501,15	-	23.501,15	18.703,30	-	18.703,30
(-) Transferências			-		-	-	-
Suprimento de energia elétrica		588,57	-	588,57	322,90	-	322,90
Energia Elétrica de Curto Prazo			-			-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		35.944,65	-	35.944,65	34.124,32	-	34.124,32
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais			-			-	-
Serviços cobráveis		96,93	-	96,93	74,41	-	74,41
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		6.699,55	-	6.699,55	5.871,83	-	5.871,83
Outras receitas vinculadas			(3.459,27)	3.459,27		(9.726,95)	9.726,95
Tributos		(12.499,99)	-	(12.499,99)	(11.672,71)	-	(11.672,71)
ICMS		(12.499,93)	-	(12.499,93)	(11.672,71)	-	(11.672,71)
PIS-PASEP			-			-	-
Cofins			-			-	-
ISS		(0,06)	-	(0,06)		-	-
Encargos - Parcela "A"		(6.461,03)	-	(6.461,03)	(7.558,73)	-	(7.558,73)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D			-		(117,90)	-	(117,90)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(3.798,38)	-	(3.798,38)	(6.028,37)	-	(6.028,37)
Programa de Eficiência Energética – PEE			-		(108,53)	-	(108,53)
Taxa de fiscalização		(88,64)	-	(88,64)	(76,83)	-	(76,83)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			-			-	-
Outros encargos		(2.574,01)	-	(2.574,01)	(1.227,10)	-	(1.227,10)
Receita líquida / Ingresso líquido		47.869,83	(3.459,27)	51.329,10	39.865,32	(9.726,95)	49.592,27
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(29.714,41)	-	(29.714,41)	(23.471,60)	-	(23.471,60)
Energia elétrica comprada para revenda		(29.714,41)	-	(29.714,41)	(23.761,79)	-	(23.761,79)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa			-	-	290,19	-	290,19
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição			-			-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais			-			-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica			-			-	-
Combustíveis			-			-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		18.155,42	(3.459,27)	21.614,69	16.393,72	(9.726,95)	26.120,67
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(16.273,87)	2.459,14	(18.733,01)	(15.084,54)	8.660,38	(23.744,92)
Pessoal e administradores (inclui 640,43 de remuneração a administradores)		(6.862,43)	-	(6.862,43)	(7.039,34)	-	(7.039,34)
Entidade de previdência privada			-	-	-	-	-
Material		(1.259,97)	-	(1.259,97)	(2.419,14)	-	(2.419,14)
Serviços de terceiros		(1.510,30)	-	(1.510,30)	(1.762,40)	-	(1.762,40)
Arrendamento e aluguéis		(22,13)	-	(22,13)	(25,65)	-	(25,65)
Seguros		(94,03)	-	(94,03)	(85,52)	-	(85,52)
Doações, contribuições e subvenções		(148,61)	-	(148,61)	(182,78)	-	(182,78)
Provisões		(2.401,89)	-	(2.401,89)	(146,68)	-	(146,68)
Recuperação de despesas		73,65	-	73,65	465,31	-	465,31
Tributos		(93,42)	-	(93,42)	(28,91)	-	(28,91)
Depreciação e amortização		(2.054,38)	(460,30)	(1.594,08)	(1.955,65)	(562,57)	(1.393,08)
Gastos diversos da atividade vinculada		(484,40)	3.459,27	(3.943,67)	(366,24)	9.726,95	(10.093,19)
Outras Receitas Operacionais		306,39	-	306,39	364,70	-	364,70
Outras Gastos Operacionais		(1.722,35)	(539,83)	(1.182,52)	(1.902,24)	(504,00)	(1.398,24)
Resultado da Atividade		1.881,55	(1.000,13)	2.881,68	1.309,18	(1.066,57)	2.375,75
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		(661,66)	-	(661,66)	(329,54)	-	(329,54)
Despesas financeiras		(1.215,52)	-	(1.215,52)	(1.384,85)	-	(1.384,85)
Receitas financeiras		553,86	-	553,86	1.055,31	-	1.055,31
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		1.219,89	(1.000,13)	2.220,02	979,64	(1.066,57)	2.046,21
Despesa com impostos sobre os lucros		(61,16)	-	(61,16)	(197,81)	-	(197,81)
Resultado líquido das operações em continuidade		1.158,73	(1.000,13)	2.158,86	781,83	(1.066,57)	1.848,40
Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		1.158,73	1.000,13	2.158,86	781,83	1.066,57	1.848,40

18.1 CONSUMIDORES

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Não houveram ajustes em ativos e passivos financeiros setoriais.

18.3 ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4 IMOBILIZADO

18.4.1 REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.4.2 DEPRECIAÇÃO

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.5 INTANGÍVEL

18.5.1 REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2 DEPRECIAÇÃO

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6 OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Os ajustes são decorrentes da aplicação da Res. 396/2010, artigo 2, inciso 4º, que estabelece a transferência do saldo da Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica para o ativo intangível.

18.6.1 REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2 AMORTIZAÇÃO

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. EFEITOS DE CONTABILIZAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO (ICPC 01)

18.7.1 ATIVO FINANCEIRO

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2 ATIVO INTANGÍVEL

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3 RECEITA E CUSTO DE CONSTRUÇÃO (RESULTADO)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4 REMUNERAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO (RESULTADO)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS (RESULTADO)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

	2017	2016
Saldos Societário	25.816,85	23.637,80
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	4.400,34	5.400,47
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	4.400,34	5.400,47
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	1.000,13	1.066,57
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.000,13)	(1.066,57)
Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos Regulatórios	30.217,19	29.038,27

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

O lucro ou prejuízos acumulados, bem como as sobras/perdas a disposição da Assembleia referem-se a ajustes entre societário x regulatório no exercício de 2015 e 2016.

18.9. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	2.220,02	2.046,21
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(1.000,13)	(1.066,57)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(460,29)	(562,57)
Outras Despesas Operacionais	(539,84)	(504,00)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	1.219,89	979,64

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2016 e 2017, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Os efeitos constatados em Ativos e Passivos financeiros setoriais decorrem da reversão desses ativos e passivos não reconhecidos na contabilidade societária em 2016.

Outras Despesas Operacionais referem-se as perdas na baixas de bens com valores de reavaliação regulatória compulsória estipulada no 1º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme Resolução Normativa 396/2010.

19. FORMATAÇÃO BÁSICA DAS NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explanatórias da Administração, parte integrante das Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 29/04/2017 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

Braço do Norte (SC), 31 de dezembro de 2017.



Antonio José da Silva
Presidente



Jairo Dircksen
Contador
CRC/SC-027913/O-4

7. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte
Braço do Norte - SC.

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias:

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – Cerbranorte, que compreendem o balanço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações regulatórias do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas regulatórias, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos agentes do setor elétrico supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 22 e nº 34, em 9 de outubro de 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração contra a Cooperativa, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da contribuição para o PIS e COFINS sobre o faturamento do período de dezembro de 2000 a outubro de 2005. Tendo em vista que em novembro de 2014, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, em favor da incidência do PIS e COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais e, embora no exercício de 2017 a Cooperativa tenha obtido êxito parcial no que se refere a base de cálculo dos tributos, a Administração, de forma conservadora, optou por reconhecer contabilmente, de forma integral os valores apresentados em referido auto de infração, no montante de R\$ 3.866 mil, a título de provisão para contingências fiscais/tributárias.



Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias:

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos agentes do setor elétrico supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 26 de janeiro de 2018

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2